

1

1 ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
2 DO CEMA - CONSELHO ESTADUAL  
3 DE MEIO AMBIENTE, REALIZADA  
4 NO DIA 02 DE ABRIL DE 2013,  
5 PRESIDIDA PELO SR. LUIZ  
6 EDUARDO CHEIDA - SECRETÁRIO  
7 ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, E  
8 SECRETARIADA PELO SR. JOÃO  
9 BATISTA CAMPOS - SECRETÁRIO  
10 EXECUTIVO, NO LACTEC -  
11 AUDITÓRIO, AV. COMENDADOR  
12 FRANCO 1.341, JARDIM BOTÂNICO.

13 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
14 Eduardo Cheida):- Boa tarde a todos. Esta é a 86ª reunião do Conselho  
15 Estadual de Meio Ambiente, a primeira do ano de 2013. Queria saudar a  
16 todos os Conselheiros já empossados, aqueles que estão sendo apresentados  
17 hoje, cumprimenta o nosso Secretário Executivo do Conselho Estadual de  
18 Meio Ambiente, João Batista, cumprimenta o Presidente do IAP, Luiz  
19 Tarcísio, o Presidente do Instituto das Águas, Márcio, e os demais  
20 componentes. Digo que é com muito orgulho, com muita honra que estou  
21 presidindo esta Sessão do nosso Conselho depois de muitos anos ter

2

22 presidido este Conselho, nos anos de 2003, 2004, 2005 e parte de 2006,  
23 ocasião em que fizemos grandes debates, consolidamos de forma bastante  
24 boa parte da legislação ambiental do Estado do Paraná, ocasião em que o  
25 Conselho promoveu algumas resoluções que perduram até hoje atestando a  
26 importância daquelas decisões e a importância principalmente da tomada  
27 de decisão de forma colegiada, coletiva, democrática como o Conselho tem  
28 se conduzido durante todos esses anos.

29       Quero, portanto, saudar a todos, desejar que neste ano de 2013  
30 façamos um trabalho, também, bastante intenso. Os temários que fazem  
31 parte da nossa primeira reunião do ano já deixam claro que mudanças  
32 bastante importantes estão por vir e as decisões cabem a este Conselho, por  
33 isso, o grau de responsabilidade, o grau de conhecimento técnico que deve  
34 acompanhar essas tomadas de decisão é realmente muito importante e este  
35 foro é, sem dúvida nenhuma, o local privilegiado para que isso aconteça.

36       Então, quero dizer, resumindo em uma só palavra, que estou bastante  
37 esperançoso. E não há dúvida nenhuma que o governador Beto Richa,  
38 também neste sentido, atribui-nos esta função de direção do Conselho,  
39 através da legislação pertinente, mas está tão esperançoso quanto eu que  
40 possamos deslindar determinadas questões fundamentais para o  
41 desenvolvimento do nosso Estado, desenvolvimento econômico, mas,

3

42 sobretudo, com sustentabilidade que é a razão pela qual este Conselho  
43 existe.

44 Sem mais delongas, mais uma vez cumprimentando a todos, vou  
45 passar a palavra ao nosso Secretário para que faça a apresentação dos  
46 novos Conselheiros.

47 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- Boa tarde  
48 a todos. Como vocês sabem, inicia-se uma nova gestão 2013/2014 do  
49 Conselho Estadual do Meio Ambiente e temos uma renovação deste  
50 Conselho, os novos Conselheiros que vamos listar agora: o nosso  
51 Presidente Luiz Eduardo Cheida que assume a Secretaria de Estado do  
52 Meio Ambiente e com isso a Presidência do Conselho Estadual do Meio  
53 Ambiente; Sr. Carlos Roberto Massa Júnior - Secretaria de Estado de  
54 Desenvolvimento Urbano; Sr. Mário José de Souza - Secretaria de Ciências  
55 e Tecnologia; Sr. Rodrigo Rossi - Secretaria de Educação, Sr. José Carlos  
56 Alberto Espinoza Alliaga - Secretaria de Planejamento; Sr. Jackson  
57 Pitombo Cavalcanti Filho - Secretaria de Turismo; Sr. Adriano Wild -  
58 Mater Natura; Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos - ING; Sr. Janderson  
59 Marcelo Canhado - Consórcio do Rio Tibagi - COPATI; Sr. Rafael Haddad  
60 Manfio - IPEVS; Sr. Francisco Reinord Essert - GERAR; Sr. Fernando  
61 Matsuno Ramos – IDEA; Sra. Nilce Mary Turcatti - Faculdades Integradas  
62 Espiríta; Sr. Maurício Jesus Tozetti e Sr. Carlos Eduardo Belz - CRMV; Sr.

4

63 Alfredo Heder e Sr. Airton Rodrigues Pinto Júnior - CREA/Paraná; Sr.

64 Alessandro Panassolo e Sr. Fabiano Augusto Piazza - OAB.

65 Sr. Secretário, são esses os novos Conselheiros. Retorno a palavra.

66 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz

67 Eduardo Cheida):- Proponho uma salva de palmas aos novos Conselheiros

68 que ingressam o Conselho. (Palmas). Em discussão a Ata da 85ª reunião.

69 Passo a palavra novamente ao nosso Secretário.

70 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):-

71 Secretário, tínhamos que dar abertura para a inscrição da Tribuna Livre, se

72 me permite. Inscrições abertas. (Pausa). Conselheiro Janderson Marcelo

73 Canhado - COPATI, Cláudio - CEDEA e Conselheira Vânia Mara Moreira

74 dos Santos - ING.

75 A Tribuna Livre tem o objetivo de abrir a palavra aos Conselheiros

76 para fazerem qualquer intervenção no sentido de proposição,

77 encaminhamentos, comunicações que sejam relevantes ao tema do

78 Conselho. Retorno a palavra ao Presidente.

79 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz

80 Eduardo Cheida):- Então, vamos colocar em discussão e aprovação a Ata

81 da 85ª reunião, sendo que estão inscritos para a Tribuna Livre duas pessoas.

82 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- Alguém

83 tem alguma observação em relação a Ata? (Pausa). Se ninguém tem,

5

84 Presidente, consideramos a mesma aprovada e passamos para o item  
85 seguinte da pauta.

86 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
87 Eduardo Cheida):- Só para registro, os presentes que concordam com o  
88 texto da Ata proposta permaneçam como estão. (Pausa). APROVADA, por  
89 unanimidade, a Ata da 85ª reunião do Conselho.

90 Ordem do Dia: Minuta de Resolução sobre Manual de Orientação  
91 para o Licenciamento de Outorga de Aterros Sanitários em valas de  
92 pequena dimensão, trincheiras e células. Houve um pedido de vista da  
93 ONG GARI - Grupo Ambientalista do Rio Iguaçu, e passo a palavra ao  
94 representante, Conselheiro Giácomo Clausi, para a sua manifestação.

95 O Sr. Conselheiro Giácomo Clausi (GARI):- Boa tarde a todos. Em  
96 relação à documentação demos a resposta que, seguindo as leis estaduais e  
97 diretrizes do CONAMA, ficaria em nossas mãos aceitar que as diretrizes do  
98 CONOMA e as Leis Estaduais dão margem suficiente para o debate desta  
99 discussão sobre aterros e valas sanitárias, se seria suficiente, dando uma  
100 única recomendação para alteração do texto em manter a distância não só  
101 de casas humanas, mas, de casas de animais. Obrigado.

102 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
103 Eduardo Cheida):- Quero passar a palavra para a Carla, que é do grupo de

6

104 trabalho que elaborou a Minuta, para esclarecer sobre as questões  
105 levantadas.

106 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Boa tarde. Para facilitar o  
107 entendimento fizemos um resumo com as colocações da ONG e a resposta  
108 do nosso grupo. Com relação à primeira: “Manter a área de disposição final  
109 a uma distância mínima de 200m de rios e nascentes. Aconselhamos a  
110 operação para “uma distância mínima de 300m do início da mata ciliar e  
111 APP’s”, etc. Caso contrário poderemos ter aterros dentro de áreas de mata  
112 ciliar já consolidadas.

113 Então, a nossa resposta: “A exigência pela distância mínima de 200m  
114 de corpos hídricos foi baseada em normas existentes e aplicáveis  
115 atualmente. Conforme consta neste mesmo Artigo 15 da proposta de  
116 Resolução, em situações na qual forem previstas distâncias maiores, de  
117 acordo com o Código Florestal ou demais legislações aplicáveis no que diz  
118 respeito às áreas de APP, estas deverão ser atendidas. Portanto, a APP será  
119 respeitada em todas as situações. O IAP avaliará caso a caso e, quando  
120 houver necessidade de uma distância maior, esta será aplicada a distância  
121 de 200m e a mínima que deverá ser atendida. Hoje no Estado do Paraná,  
122 devido aos critérios locais que devem ser atendidos, já existe uma grande  
123 dificuldade em encontrar áreas adequadas para instalação de aterros  
124 sanitários. Portanto, se as distâncias mínimas forem ainda maiores será

7

125 mais difícil que municípios que possuem lixão instalem o seu próprio aterro  
126 sanitário.”

127 Outra colocação: “Estar localizado a uma distância mínima de 300m  
128 de residências isoladas. Aconselhamos alteração para 300m de residências  
129 isoladas localizadas acima e na mesma altitude do aterro, e em residências  
130 isoladas situadas em altitudes abaixo do aterro deverão ser feitos cálculos  
131 específicos de distância de risco sobre cada caso.”

132 Nossa resposta: “Durante o licenciamento já são apresentados ao IAP  
133 estudos que indicam os possíveis impactos da instalação de aterros  
134 sanitários. Nos casos de aterros com disposição de área superior a 20 t/dia é  
135 realizado o EIA/RIMA no qual são indicadas e delimitadas as áreas  
136 diretamente afetadas, de influência direta e indireta. Com base nos estudos  
137 apresentados, o IAP escolhe a melhor área a ser instalado o aterro sanitário  
138 àquela onde as distâncias favorecem a instalação do empreendimento.  
139 Justamente por ser uma atividade impactante são cobradas distâncias  
140 mínimas com relação a residências isoladas, núcleos populacionais, corpos  
141 d’água. Como foi dito anteriormente, a exigência pela distância mínima de  
142 300m de residências isoladas foi baseada em normas existentes e aplicáveis  
143 atualmente. Portanto, a exigência por cálculos específicos de distância de  
144 risco não é aplicável e dificultaria ainda mais o licenciamento ambiental de  
145 aterros sanitários, tendo em vista que já existe uma grande dificuldade em

8

146 encontrar áreas adequadas para a instalação dos mesmos. Caso esse critério  
147 fosse acatado, muitos outros também deveriam ser cobrados.”

148 Com relação ao Artigo 20: Decisão do jurídico, quem revoga o que?  
149 Fizemos essa observação, porque como existem várias resoluções e leis  
150 vigentes, em função dessas nossas novas colocações e parâmetros,  
151 queríamos que o Departamento Jurídico analisasse quais precisariam ser  
152 revogadas ou não. Só por isso que constou esta informação.

153 Com relação à última colocação: “Aconselhamos o Conselho  
154 Estadual do Meio Ambiente do Paraná a submeter o processo pelo critério  
155 utilizado pela ONU na Convenção de Diversidade Biológica e Prevenção  
156 da Perda da Biodiversidade, seguindo a Carta de **Aike**, assinada pelo Brasil,  
157 e ampliado o debate público local deste processo, antes da entrada em vigor  
158 da Resolução.”

159 Nossa resposta: “Trata-se de uma resolução técnica, que dispõe sobre  
160 diretrizes para licenciamento de aterros sanitários e não um plano que deve  
161 ser debatido pela sociedade. O licenciamento de aterros sanitários já está  
162 devidamente regularizado e é um procedimento obrigatório. Esta proposta  
163 de resolução apresenta um compilado das exigências impostas pelo IAP no  
164 licenciamento e fornece também termos de referência específicos”.

165 Esta é nossa posição.

166 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
167 Eduardo Cheida):- Vamos encaminhar a discussão. A palavra está em  
168 aberto.

169 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Gostaria de saber  
170 onde estarão essas observações que foram apontadas? Essas explicações  
171 vão ficar onde, para que depois possamos consultar?

172 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Essas observações, tudo  
173 isso que falei já consta na Resolu no Artigo 15, todas as distâncias que  
174 devem ser atendidas. Todos os itens, todas as nossas justificativas que estão  
175 aí já fazem parte do corpo da Resoluo.

176 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- E  
177 também vai constar dentro do processo essas informaes, toda a  
178 informao detalhada dessas consideraes, tanto do pedido de vista do  
179 Conselheiro Giácomo Clausi - GARI, como também os esclarecimentos  
180 que foram apresentados agora.

181 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Obrigado.

182 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
183 Eduardo Cheida):- A palavra continua em aberto.

184 O Sr. Conselheiro Luis Tarcisio Mossato Pinto (Presidente do IAP):-  
185 A título de colaborao, na última reunião do CONAMA foi definida a  
186 Conferência Nacional sobre Resíduos Sólidos no País todo a qual dará

187 oportunidade para discutirmos uma série de atividades sobre resíduos em  
188 todo o País e principalmente no Estado do Paraná. É importante a  
189 participação de alguns Conselheiros nessa Conferência, creio que a SEMA  
190 estará divulgando nos próximos dias. Mas o que queria deixar para vocês é  
191 que a demanda por licenciamento ambiental no Estado está grande, e não  
192 consigo licenciar nenhum aterro hoje enquanto não tivermos essa resolução  
193 aprovada. Acabamos tendo lixões espalhados pelo Estado do Paraná sem  
194 ter a conclusão de um aterro bem implantado justamente por ainda não  
195 termos essa resolução aprovada. Vários processos de municípios estão  
196 parados dentro da instituição até que a gente conclua.

197 Então, peço a compreensão de vocês, temos analisado com todo o  
198 carinho, com todo o respeito e dentro da legislação para que possamos ter  
199 um bom encaminhamento. Obrigado.

200 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
201 Eduardo Cheida):- Obrigado, Tarcísio. A palavra continua em aberto.  
202 Vamos submeter à votação e só consulto o representante do GARI se as  
203 explicações da Carla satisfazem.

204 O Sr. Conselheiro Giácomo Clausi (GARI):- As respostas são  
205 suficientes. Foi importante, porque criou um debate a mais sobre um tema  
206 bastante complexo, acredito que seja um espinho dentro de cada município  
207 e para o Estado. A única questão, ela me respondeu que será analisado

208 somente pelo IAP, porém existe outro processo paralelo que é passar a  
209 responsabilidade dos licenciamentos para cada município. Como ficará esta  
210 situação quando for transferida a responsabilidade da análise para o  
211 município? Então, tem que deixar em aberto aquela resposta: o IAP irá  
212 analisar ou outro órgão responsável.

213 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
214 Eduardo Cheida):- Embora não tenhamos finalizado esta discussão no  
215 Conselho e está pendente, como a pauta mostra hoje, a questão pertinente  
216 aos resíduos não será objeto da descentralização.

217 O Sr. Conselheiro Giacomo Clausi (GARI):- Perfeito. Obrigado,  
218 Presidente.

219 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
220 Eduardo Cheida):- Vou passar novamente à engenheira Carla para que  
221 continue fazendo a leitura da Resolução.

222 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Vamos retornar a partir do  
223 artigo que havíamos parado na última reunião.

224 (Lê) “Artigo 13 - Fica proibida a disposição de resíduos sólidos  
225 Classe I (NBR 10004/2004), resíduos industriais, os resíduos da construção  
226 civil, e os resíduos provenientes de atividades de mineração nas células  
227 e/ou trincheiras destinadas ao recebimento de resíduos sólidos urbanos.  
228 Parágrafo Único: I) Não será admitido o recebimento de resíduos de

12

229 serviço de saúde em aterro sanitário exceto: Resíduos do serviço de saúde  
230 do Grupo A1, A2 (CONAMA 358/2005), desde que submetidos a processos  
231 de tratamento em equipamento que promova redução de carga compatível  
232 com nível III de inativação microbiana; II) Os resíduos de serviços de  
233 saúde do Grupo D (CONAMA 358/2005).”

234 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
235 Eduardo Cheida):- Vamos proceder desta forma em discussão, se algum  
236 Conselheiro quiser levantar algum questionamento fazemos a discussão,  
237 caso contrário já submeto a votação. Em discussão. (Pausa). Em votação.  
238 (Pausa). APROVADOS.

239 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- (Lê) “Artigo 14 - A  
240 compostagem, em aterro sanitário, oriunda de resíduos sólidos urbanos de  
241 coleta domiciliar, será autorizada mediante licenciamento específico após o  
242 início da operação do aterro. Parágrafo 1º - O licenciamento ambiental para  
243 as demais tecnologias de redução de carga orgânica será avaliado caso a  
244 caso, mediante validação do tratamento e destinação final dos resíduos a  
245 serem gerados no processo.”

246 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
247 Eduardo Cheida):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa).  
248 APROVADOS.

249 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- (L) “Artigo 15 - O aterro  
250 sanitário deverá: a) Estar localizado fora da área de influência direta do  
251 manancial de abastecimento; b) Manter a área de disposição final a uma  
252 distância mínima de 200m de rios, nascentes e demais corpos hídricos. Em  
253 situações na qual forem previstas distâncias maiores, de acordo com o  
254 Código Florestal ou demais legislações aplicáveis no que diz respeito   
255 reas de APP, estas deverão ser atendidas; c) Estar localizado a uma  
256 distância mínima de 1500m de núcleos populacionais, a partir do perímetro  
257 da área; d) Estar localizado a uma distância mínima de 300m de residências  
258 isoladas a partir do perímetro da área; e) Possuir sistema de  
259 impermeabilização, lateral e de fundo, com geomembrana ou sistemas de  
260 impermeabilização similares, não sendo autorizada disposição direta no  
261 solo; f) Realizar cobertura diária dos resíduos, com camadas de solo ou  
262 outro material apropriado, reutilizável ou não; g) Ser projetado para uma  
263 vida útil superior a 15 anos; h) Possuir sistema de monitoramento de águas  
264 subterrâneas a montante e a jusante da área do empreendimento, conforme  
265 normas técnicas vigentes.”

266 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
267 Eduardo Cheida):- Em discussão. (Pausa). Com a palavra, Conselheiro  
268 Adriano Wild.

269 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- No item a, eu  
270 complementar com manancial de abastecimento de água.

271 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Ok.

272 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Outra coisa, não  
273 está mencionado em nenhum item a questão dos gases, ou tem um  
274 parágrafo específico?

275 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Você já tinha feito uma  
276 colocação anterior. Vou passar para a Flávia.

277 A Sra. Flávia Deboni (IAP):- Temos em anexo um termo de  
278 referência, até na última reunião tínhamos esclarecido sobre a drenagem de  
279 gases. A drenagem de gases é obrigatória nos projetos do aterro na fase de  
280 instalação, sempre cobramos. O que não gostaríamos de tornar obrigatória  
281 é a questão da queima por prejudicar o MDL.

282 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Não seria  
283 importante colocar aqui também? Porque aqui deu uma especificação do  
284 que é um aterro, tem a questão da impermeabilização, da vida útil, água  
285 subterrâneas, etc., caberia aqui alguma referência sobre o monitoramento  
286 dos gases ou a construção de túneis para evaporação dos gases.

287 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Isso já faz parte do  
288 projeto de engenharia e até padronizado, inclusive no termo de referência já

289 consta, ele já faz parte. Isso tem que ser apresentado num projeto de aterro  
290 sanitário. É obrigatório se apresentar.

291 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Acho que caberia  
292 alguma menção aqui, no meu modo de entender. Obrigado.

293 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
294 Eduardo Cheida):- Peço ao Adriano que se tiver alguma sugestão que faça  
295 por escrito e a gente submete à apreciação dos Conselheiros.

296 O Sr. Conselheiro José Tarciso Fialho (SEAB):- Eu não vi nenhuma  
297 menção à questão de plantio, se tem área mínima a ser respeitada a partir da  
298 qual pode ou não haver cultivos de toda a espécie.

299 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Aí não está colocado  
300 realmente.

301 O Sr. Conselheiro José Tarciso Fialho (SEAB):- E não merece uma  
302 atenção?

303 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Esta foi uma discussão  
304 que tivemos dentro do grupo, foi isso o que a Flávia colocou. Temos uma  
305 grande preocupação em atender as normas que já existem e experiências já  
306 adquiridas. Existem várias propostas e, no nosso entender, outras  
307 colocações que poderíamos ter colocado, mas nossa preocupação é que se  
308 colocarmos tudo isso em um mapa depois, se você for colocar a  
309 sobreposição de todos os nossos parâmetros, de todas as nossas diretrizes,

310 tudo o que queremos, venhamos a não achar uma área depois para  
311 implantar o aterro sanitário.

312 Então, a nossa preocupação foi a de tentar fazer com que esta  
313 Resolução exigisse as coisas que vêm sendo exigidas em nível nacional e  
314 nos demais Estados, os quais, fizemos uma pesquisa. Com o tempo podem  
315 existir outras coisas que venham a ser colocadas, mas isso vai depender de  
316 experiências, de números, de estudos, de pessoal da ABNT, do pessoal do  
317 CONAMA, de grupo de estudo. Nós hoje não temos condição, como foi  
318 colocado ali, ao invés de ser 200m, ser 300m, hoje não temos esses  
319 parâmetros analisados, detalhados. Estamos nos baseando em estudos que  
320 já vêm sendo feitos em nível de Brasil, por técnicos de todos os Estados.

321 O Sr. Conselheiro José Tarciso Fialho (SEAB):- Como sugestão,  
322 talvez pudéssemos chamar atenção para que o EIA possa definir alguns  
323 critérios. Por exemplo, se imaginarmos 200m de plantio de alface já fica  
324 complicado próximo de um aterro sanitário, mas se pensarmos em  
325 eucalipto, pinus ou alguma outra coisa é até possível.

326 Então, algumas condições mínimas poderiam ser estabelecidas no  
327 EIA, ou seja, remeter ao EIA a necessidade de se fazer um estudo  
328 específico para a questão de cultivos, ou anuais ou perene ou semi-perene.

329 A Sra. *Ivonete* Coelho da Silva Chaves (IAP):- Quando é elaborado  
330 um EIA/RIMA são abordadas todas essas questões, porque são

331 consideradas áreas de influência direta e indireta. Então, esse é um ponto  
332 que já é abordado.

333 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
334 Eduardo Cheida):- O Adriano já tem a sugestão? Então, o representante do  
335 Mater Natura sugere que coloquemos um inciso no Artigo 15 sobre a  
336 implantação de túneis para escape dos gases.

337 A palavra está em aberto para sugestões ou discussão desta proposta.

338 (Pausa). Passo a palavra ao Presidente do IAP, Tarcísio.

339 O Sr. Conselheiro Luis Tarcísio Mossato Pinto (Presidente do IAP):-  
340 Concordo plenamente com a preocupação, mas quero esclarecer que esta  
341 resolução normatiza o licenciamento ambiental. Muitos desses assuntos,  
342 como são relacionados à agricultura, plantios de cultura e até mesmo a  
343 questão de gases, estão contemplados no próprio estudo que será  
344 apresentado ao IAP ou no próprio EIA/RIMA, quando há necessidade do  
345 estudo de impacto ambiental.

346 Então, a resolução não sai tão detalhada, mas o estudo de impacto  
347 ambiental vai contemplar todas essas questões em nível de Estado e é o que  
348 estamos seguindo em nível nacional.

349 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Queria complementar ao  
350 que o Tarcísio falou agora. No termo de referência do projeto, no Item  
351 1.3.8. - Sistema de Drenagem de Gás, consta: “Deve ser previsto um

352 sistema para a drenagem de gás, que pode ser integrado ao sistema de  
353 drenagem de líquido percolado, com indicação: a) da disposição em planta  
354 desses elementos; b) das dimensões desses elementos; c) dos materiais  
355 utilizados com suas especificações; d) dos cortes e detalhes necessários à  
356 perfeita visualização do sistema; e) dos parâmetros e fórmulas utilizadas  
357 para o dimensionamento dos elementos integrantes do sistema de drenagem  
358 de gás.”

359 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
360 Eduardo Cheida):- Consulto o Conselheiro Adriano para saber se sente  
361 contemplado com a leitura que a Engenheira Carla fez sobre o termo de  
362 referência para o licenciamento.

363 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Acredito nas  
364 palavras da engenheira, sinto-me contemplado. Obrigado.

365 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
366 Eduardo Cheida):- Consideramos superada discussão e votação deste  
367 Artigo 15. Passamos à leitura do próximo.

368 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- (Lê) “Artigo 16 - O  
369 chorume gerado deverá ser tratado por uma das opções a seguir: a)  
370 Recirculação (no próprio aterro); b) Tratamento no local seguido de  
371 lançamento em corpo hídrico; c) Tratamento por empresas terceirizadas; d)

372 Combinação dos métodos acima; e) Demais tecnologias de tratamento  
373 validadas.”

374 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
375 Eduardo Cheida):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa).  
376 APROVADO.

377 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- (Lê) “Artigo 17 - Os  
378 parâmetros, limites máximos permitidos e frequência para monitoramento  
379 do chorume, águas superficiais e águas subterrâneas deverão atender ao  
380 estabelecido no Anexo X. Parágrafo 1º - A critério do IAP e Instituto das  
381 Águas do Paraná a frequência, valores máximos e parâmetro de análise  
382 permitido poderão ser mais restritivos; Parágrafo 2º - A entrega do relatório  
383 de automonitoramento (Anexo X) deverá ocorrer anualmente (de 01 a 31  
384 de março de cada ano referente ao ano anterior), na ocasião da renovação  
385 da Licença de Operação e no encerramento e recuperação ambiental da área  
386 de disposição de resíduos sólidos **ou a critério dos órgãos ambientais;**  
387 **Parágrafo 3º** - Os laudos de coleta e de análise deverão permanecer  
388 arquivados no empreendimento, à disposição da fiscalização **dos órgãos**  
389 **ambientais**, durante a vida útil e encerramento do aterro sanitário;  
390 Parágrafo 4º - Antes do início da operação do aterro sanitário deverão ser  
391 realizadas as análises de águas subterrâneas e superficiais para caracterizar  
392 as condições naturais da área.”

20

393 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
394 Eduardo Cheida):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa).  
395 APROVADOS.

396 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- (Lê) “Artigo 18 - Fica  
397 proibida a emissão de licença ambiental para aterros sanitários em valas a  
398 partir da data de publicação desta resolução, salvo os pedidos anteriormente  
399 protocolados. Parágrafo Único - Municípios que utilizam sistemas em valas  
400 para disposição de resíduos sólidos urbanos poderão operá-los até agosto  
401 de 2014.”

402 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
403 Eduardo Cheida):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa).  
404 APROVADOS.

405 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- (Lê) “Artigo 19 - Esta  
406 Resolução não contempla as operações de Transporte e Disposição Final de  
407 Resíduos Sólidos e Autorizações de Supressão Vegetal.”

408 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
409 Eduardo Cheida):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa).  
410 APROVADOS.

411 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- (Lê) “Artigo 20 -  
412 Revoga-se a Resolução Conjunta nº 01/2006 - SEMA/IAP/SUDERHSA, o  
413 item a do Artigo 127 da Resolução SEMA nº 31/1998 e o item XVI do

414 Artigo 58 da Resolução CEMA nº 65/2008, o disposto sobre aterros  
415 sanitários na Portaria IAP nº 019/2006, e as demais disposições em  
416 contrário.”

417 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
418 Eduardo Cheida):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa).  
419 APROVADO.

420 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- (Lê) “Artigo 21 - Esta  
421 Resolução entra em vigor na data da sua publicação.”

422 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
423 Eduardo Cheida):- Próximo.

424 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- (Lê) “Artigo 22 - O  
425 descumprimento das disposições desta Resolução, dos termos das Licenças  
426 Ambientais e de eventual Termo de Ajustamento de Conduta sujeitará o  
427 infrator às penalidades previstas na Lei Federal nº 9.605/1998, Lei Federal  
428 nº 12.305/2010, Lei Estadual nº 12.493/1999, e nos demais dispositivos  
429 legais pertinentes, sem prejuízo do dever de recuperar os danos ambientais  
430 causados, na forma do Artigo 225, Parágrafo 3º, da Constituição Federal,  
431 do Artigo 207, Parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná e do  
432 Artigo 14, Parágrafo 1º, da Lei Federal nº 6.938/81.”

433 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
434 Eduardo Cheida):- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa).

435 APROVADO. Esta é a íntegra da Resolução, com as modificações  
436 sugeridas e aprovadas neste tarde pelo Conselho.

437 Concedo a palavra ao Presidente do IAP, Conselheiro Tarcísio.

438 O Sr. Conselheiro Luis Tarcisio Mossato Pinto (Presidente do IAP):-  
439 Só gostaria de voltar na questão do abastecimento de água. Ficou  
440 abastecimento de água ou abastecimento de água público?

441 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
442 Eduardo Cheida):- Abastecimento de água.

443 O Sr. Conselheiro Luis Tarcisio Mossato Pinto (Presidente do IAP):-  
444 Acho que teria que ser público, porque nossa preocupação é quando se  
445 coloca “abastecimento de água” vamos inviabilizar aterro no Estado de  
446 novo. Acho que tem que ser abastecimento de água público, porque  
447 qualquer abastecimento que se faz para um animal é abastecimento de  
448 água. E aí podemos não conseguir achar um local no Estado do Paraná para  
449 implantar um aterro.

450 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
451 Eduardo Cheida):- Consulto os Conselheiros sobre a pertinência de  
452 voltarmos, apesar de termos considerado aprovado, com essas  
453 considerações em voltarmos ao Artigo 15 para discutirmos especificamente  
454 esta questão. Todos concordam? Os que concordam permaneçam como  
455 estão. (Pausa). Faremos, então, esta reabertura do Artigo 15, Inciso A.

456 O artigo, como todos sabem, já discutimos, ele fala: “Artigo 15 - O  
457 aterro sanitário deverá: a) Estar localizado fora da área de influência direta  
458 do manancial de abastecimento”. Era apenas isso, e foi sugerido de “água”  
459 e sugerido também, agora, pelo Presidente do IAP, “manancial de  
460 abastecimento público de água”. Vou colocar em discussão esta expressão:  
461 “público de água”. Está em discussão.

462 O Sr. Conselheiro Janderson Marcelo Canhado (COPATI):- Só tenho  
463 uma dúvida, Presidente do IAP, todo manancial é público para consumo  
464 humano? Por exemplo, uma comunidade que tem um poço que usa a água  
465 desse poço para sobreviver, fazer comida, tomar banho, se colocar a  
466 palavra público ali não vai possibilitar ter um aterro ao lado de um  
467 manancial desse?

468 O Sr. Conselheiro Luis Tarcisio Mossato Pinto (Presidente do IAP):-  
469 Por isso que voltamos à discussão, temos que definir bem. Minha única  
470 preocupação nesse sentido não é colocarmos um aterro perto de um  
471 abastecimento de uma residência, por exemplo, porque vamos ter esses  
472 cuidados. Minha preocupação é quando se abre para o abastecimento de  
473 água se afeta todo um processo, não é só abastecimento humano. E aí é o  
474 que eu digo para vocês, vamos ter dificuldades grandes em implantar aterro  
475 no Estado do Paraná.

476 Então, acho que temos que definir melhor, pode ser até residências,  
477 abastecimento público e residências, alguma coisa nessa linha para  
478 conseguirmos chegar a um acordo.

479 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
480 Eduardo Cheida):- A palavra continua em aberto.

481 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Quando se fala em  
482 manancial já não está implícito que é público?

483 O Sr. Conselheiro Luis Tarcisio Mossato Pinto (Presidente do IAP):-  
484 Não. Manancial em si não classifica que é de abastecimento público. Existe  
485 o manancial de abastecimento público e existem os mananciais de água em  
486 todo o Estado. Então, quando se tem uma captação é manancial de  
487 abastecimento público, esta área queremos deixar bem protegida para que  
488 não haja interferência de aterros nessas bacias.

489 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
490 Eduardo Cheida):- Ainda em discussão a expressão “manancial de  
491 abastecimento público de água” do Artigo 15.

492 A Sra. Conselheira Ana Cláudia Bento Graff (PGE):- Boa tarde a  
493 todos. Cumprimento o Presidente, fico feliz em vê-lo aqui novamente.  
494 Estou tentando entrar no site do Planalto para achar a terminologia da Lei  
495 Nacional de Recursos Hídricos, acho que seria adequado adotarmos a  
496 mesma terminologia. Se não me engano a palavra “manancial de

25

497 abastecimento público” já induz que é para consumo humano. Acho que a  
498 palavra “de água” seria desnecessário. Só vou confirmar aqui.

499 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
500 Eduardo Cheida):- Ana, enquanto você procura, embora a palavra esteja  
501 com você, vou franquear aos outros Conselheiros que quiser usar da  
502 palavra. Continua em discussão esta questão.

503 O Sr. Conselheiro Marcio Fernando Fernandes (Águas Paraná):-  
504 Acho que o espírito é o de preservar manancial de abastecimento público.  
505 Então, independente da terminologia, como o Conselho é soberano e tem  
506 condições de deliberar sobre isso, no meu ponto de vista, não tenho dúvida  
507 que temos que votar aqui o que queremos preservar, e queremos preservar o  
508 abastecimento público. Acho que entendido isso, acho que dá para  
509 encaminhar a votação, sem dúvida nenhuma, porque o abastecimento  
510 público é o que tem que ser garantido.

511 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
512 Eduardo Cheida):- A palavra continua em aberto. (Pausa).

513 Para esclarecimento de todos existem duas proposições, uma de se  
514 colocar manancial de abastecimento público de água ou apenas manancial  
515 de abastecimento público.

516 Vou passar a palavra à engenheira Carla que fala por um grupo de  
517 técnicos.

518 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Estou falando em nome  
519 do grupo que elaborou esta Resolução e somos favoráveis em colocar  
520 “manancial de abastecimento público”.

521 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
522 Eduardo Cheida):- Podemos colocar em votação? Consulto à Conselheira  
523 Ana.

524 A Sra. Conselheira Ana Cláudia Bento Graff (PGE):- Presidente, no  
525 artigo que eu achei que ia encontrar não achei a expressão, mas no site do  
526 Ministério de Meio Ambiente, que não tem nenhum rigor legal, é só uma  
527 informação, consta: “manancial abastecimento público é a fonte de água  
528 doce superficial ou subterrânea utilizada para consumo humano ou  
529 desenvolvimento de atividades econômicas”. Isso não tem valor legal, é só  
530 uma definição que está no site do Ministério de Meio Ambiente, porque a  
531 Lei Federal de Recursos Hídricos quando estabelece as prioridades de uso  
532 da água estabelece que é para consumo humano, usa o termo consumo  
533 humano e dessedentação de animais, nesta ordem.

534 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
535 Eduardo Cheida):- Há um clamor dos técnicos, pelo o que percebo, de  
536 colocarmos abastecimento público. Nada obsta de nos esclarecermos  
537 melhor, até porque não há contradição nenhuma, pelo o que me parece,  
538 entre as duas proposições. Gostaria de consultar, para ver se há um

539 consenso, de colocarmos depois da expressão “abastecimento” a palavra  
540 público. Vou submeter à votação. Os Conselheiros que concordam com a  
541 expressão “manancial abastecimento público” permaneçam como estão.  
542 (Pausa). APROVADO.

543 Com isso considero APROVADA toda a Resolução. Parabéns a todos  
544 os Conselheiros, aos técnicos que participaram, à Câmara Técnica, por esta  
545 grande e inestimável contribuição à questão ambiental e à liberação do  
546 nosso Instituto Ambiental do Paraná e Águas Paraná para procederem aos  
547 licenciamentos adequados e estabelecermos, em pouco tempo, uma meta  
548 clara de fim dos lixões no Estado do Paraná, pelo menos em cumprimento à  
549 legislação federal que estabelece até o final de agosto do ano que vem para  
550 que isso aconteça. Mas este foi um grande passo nesta direção. Parabéns,  
551 portanto, a todos que trabalharam nisso. (Palmas).

552 Item B: “Resolução sobre Eleição/Definição de ONG's Suplentes  
553 junto ao CEMA”. Passo a palavra ao João Batista - Secretário Executivo do  
554 Conselho, para explicar a minuta de Resolução.

555 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- Como foi  
556 proposto aqui na última reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente,  
557 ficaram duas vagas de suplência das representações das entidades não  
558 governamentais ambientalista dentro do Conselho Estadual do Meio  
559 Ambiente. Essa sugestão de abrir a representação para mais duas ONGs na

560 categoria de suplente, temos que fazer determinado procedimento que é o  
561 estabelecimento de uma Resolução, a Resolução 085/2013, a qual  
562 estabelece os parâmetros para que isso ocorra.

563 Então, vou ler esta Resolução para que vocês se informem e depois  
564 abrimos para debate para quaisquer dúvidas que ocorrerem:

565 “RESOLVE: Art. 1º - Estabelecer procedimentos para a escolha das  
566 duas representantes das entidades ambientalistas não governamentais como  
567 membros suplentes no Conselho Estadual do Meio Ambiente para o  
568 período de 2013/2014. Art. 2º - O processo será conduzido de forma  
569 simplificada por uma Comissão composta pelos seguintes membros, sob a  
570 presidência do primeiro” – aí temos três membros para indicar depois na  
571 sequência. Nossa sugestão é que seja membro do próprio CEENG que  
572 escolha as entidades, mas essa é uma discussão que posteriormente faremos  
573 aqui.

574 “Art. 3º - Todas as entidades inscritas e cadastradas junto ao CEENG  
575 - Cadastro Estadual de Entidades Não Governamentais Ambientalistas, não  
576 eleitas para o período de 2013/2014, poderão se candidatar às vagas  
577 disponíveis” - não eleitas porque já fazem parte do Conselho, já são  
578 entidades que têm os seus representantes junto ao Plenário do Conselho.

579 “Art. 4º - A Secretaria Executiva encaminhará até o dia 16 de abril de  
580 2013, correspondência registrada e com Aviso de Recebimento (A.R.) para

581 a sede das entidades cadastradas no CEENG, convidando-as a se  
582 candidatarem ao processo de escolha das duas representantes na qualidade  
583 de membros suplentes. Parágrafo Único - As entidades deverão protocolar  
584 ofício candidatando-se, dirigido a Secretaria Executiva do CEMA até o dia  
585 03 de maio de 2013.”

586 “Art. 5º - A Secretaria Executiva convocará uma reunião com as  
587 entidades candidatas, em local e data intransferíveis, para a realização da  
588 escolha das entidades, que se dará da seguinte forma: I) Indicação  
589 consensual entre as entidades candidatas presentes, ou; II) Eleição entre as  
590 entidades candidatas presentes na reunião.”

591 “Art. 6º - No caso do Inciso II do artigo 4º, em cédulas eleitorais  
592 específicas, as candidatas indicarão duas entidades, de nomes  
593 necessariamente diferentes, valendo cada indicação um voto, independente  
594 da ordem.”

595 “Art. 7º - Serão declaradas eleitas as duas entidades mais votadas.  
596 Parágrafo Único - Serão utilizados os seguintes critérios de desempate: a)  
597 Data de Inscrição da entidade no CEENG, prevalecendo a mais antiga; b)  
598 Data de Registro em cartório da ata da fundação da entidade, prevalecendo  
599 a mais antiga.”

600 “Art. 8º - O resultado das eleições será registrado em Ata da Reunião  
601 e divulgado no sítio do CEMA na internet. Art. 9º - Esta Resolução entra

30

602 em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em  
603 contrário.”

604 Então, é isso Presidente, a Resolução 085 está apresentada e devolvo  
605 a palavra para os encaminhamentos.

606 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
607 Eduardo Cheida):- Esta Presidência coloca em discussão a Minuta de  
608 Resolução sobre as ONG's suplentes junto ao CEMA. A palavra está em  
609 aberto. (Pausa).

610 Passo a palavra ao Secretário Executivo João Batista para  
611 encaminhar as indicações.

612 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- Como  
613 consta no Artigo 2º, a condução é de um processo simplificado em que  
614 numa reunião de forma consensual ou eleição serão escolhidos as duas  
615 entidades ambientalistas para suplência do Conselho Estadual do Meio  
616 Ambiente.

617 E temos, conforme o Artigo 2º, que retirar uma comissão, através de  
618 sugestões de vocês, para que encaminhe esse processo com todo o apoio e  
619 suporte da Secretaria Executiva do CEMA.

620 Então, sugeri aqui que esses três membros fossem das entidades para  
621 conduzirem esse processo entre os pares. O Artigo 2º solicita essa indicação  
622 e abrimos a palavra para ver se é isso mesmo que sejam membros do

623 CEENG ou se alguém se habilita como candidato para compor esta  
624 comissão para a escolha das entidades. Então, a palavra está em aberto para  
625 essas indicações.

626 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- A Mater Natura  
627 pode compor esta pequena comissão na minha pessoa.

628 O Sr. Paulo Drabick:- Sou da velha ADEA de guerra, gostaria de  
629 saber quem será indicado, porque quero resgatar a ADEA e quero ser  
630 candidato como Presidente da DEA Colombo.

631 A Sra. Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA):- Você tem o  
632 cadastro?

633 O Sr. Paulo Drabik (ADEA-Colombo):- A ADEA foi quem montou  
634 o CEMA em 1984, você não estava no pedaço ainda. Sou candidato, como  
635 Presidente da ADEA Colombo, em resgate da nossa velha ADEA de guerra  
636 de 1972, em nome do Professor Bigarella, inclusive. Só isso.

637 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- Para  
638 esclarecer a todos os Conselheiros, um dos requisitos para participar do  
639 Conselho Estadual do Meio Ambiente é que a ONG esteja cadastrada junto  
640 ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, conforme reza as normas já  
641 estabelecidas ao longo do tempo.

642 A Sra. Conselheira Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Na  
643 verdade gostaria bastante de participar, a dificuldade é que teria que

644 coincidir com alguma outra reunião que eu tenha aqui em Curitiba, mas  
645 posso me dispor, desde que a gente consiga compor, para que eu não tenha  
646 que vir mais de uma vez porque aí fica muito complicado.

647 Acho que seria interessante novamente esclarecer para o Drabik que  
648 existe um cadastro das entidades. Então, todas as ONG's podem ser  
649 cadastradas - até uma questão que coloquei ao Cheida, vou falar isso depois  
650 novamente - existe uma grande dificuldade por parte das ONG's de  
651 atuarem. Como diz o Adriano, a maior parte é ING que é indivíduo não  
652 governamental. Então, há necessidade também de apoio por parte do  
653 Estado para que essas entidades possam criar um fôlego para deixar de ser  
654 ING e tornarem uma entidade mais forte.

655 Então, para você, Drabick, existe um cadastro que tem que ser feito  
656 por todos, todos nós fizemos, para que você possa se candidatar e participar  
657 sem problema nenhum, mas precisa cumprir um regramento que foi feito  
658 por todos nós.

659 O Sr. Conselheiro Divo José Molinari (GERAR):- Coloco minha  
660 indicação como terceiro membro.

661 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
662 Eduardo Cheida):- Foram feitas as três indicações, então: o Adriano Wild -  
663 Mater Natura, Vânia Mara Moreira dos Santos - ING, e o Divo José  
664 Molinari - GERAR. Submeto as indicações aos Conselheiros. (Pausa).

665 Ninguém apresentando nenhuma objeção, estão APROVADAS as três  
666 indicações a qual saudamos com entusiasmo a entrada dos três  
667 companheiros e das três entidades. (Palmas).

668 Ato contínuo, vamos aprovar a Resolução 085/2013 do Conselho  
669 Estadual do Meio Ambiente. Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa).  
670 APROVADA a Resolução 085/2013 do CEMA.

671 Próximo assunto: “Recomendação ao IAP e Águas Paraná sobre o  
672 monitoramento da qualidade das águas dos rios da Bacia do Alto Iguaçu”.

673 Passo a palavra à Ana Márcia, que é coordenadora da Câmara  
674 Técnica de Qualidade Ambiental que vai informar sobre o pedido de vista e  
675 vai explicar e apresentar a recomendação.

676 A Sra. *Ana Márcia* Altoe Nieweglowski (IAP):- Boa tarde a todos.  
677 Sou a Ana Márcia - Coordenadora da Câmara Temática de Qualidade  
678 Ambiental. Só para atualizar para quem está começando hoje, esse  
679 processo começou na 81ª reunião plenária do CEMA onde foi solicitado  
680 pela plenária o acompanhamento, avaliação e eficácia dos tratamentos de  
681 efluentes, priorizando a Bacia do Alto Iguaçu.

682 Esta demanda foi encaminhada à Câmara Temática de Qualidade  
683 Ambiental em 02/08/2011. Aí a Câmara Temática expediu um ofício ao  
684 IAP e ao Instituto da Águas com algumas perguntas. E aí houve uma série  
685 de respostas que estão aí.

686 Nas reuniões da Câmara Temática foram discutidas as respostas do  
687 Ofício SEMA 22/2011, foi redigida uma primeira recomendação, foi  
688 submetida à Procuradoria Jurídica e aprovada pelo CEMA/CTQA; esta  
689 recomendação veio para a 85ª plenária do CEMA onde houve pedido de  
690 vistas por parte do Instituto das Águas Paraná.

691 O Instituto das Águas Paraná e o IAP elaboram nova proposta de  
692 redação e encaminharam para a Câmara Temática. A Câmara Temática  
693 discutiu e redigiu novo texto de recomendação, com base naquilo que foi  
694 enviado pelo Instituto das Águas e pelo IAP.

695 Então, vou ler a recomendação:- (Lê: “Minuta de Recomendação. O  
696 Conselho Estadual do Meio Ambiente no uso das suas atribuições  
697 conferidas pela Lei Estadual nº 7.978, de 30 de novembro de 1984 e suas  
698 alterações posteriores, pelo disposto no Decreto nº4.447, de 12 de julho de  
699 2001 e Decreto nº 8.690, de 3 de novembro de 2010, e de acordo com o art.  
700 47 do Regimento Interno do CEMA e após deliberação em plenário da 86ª  
701 Reunião Ordinária, realizada em 02 de Abril de 2013. CONSIDERANDO:  
702 I. A necessidade de atendimento à prioridade definida pelo CEMA em sua  
703 81ª Reunião Ordinária: *"Acompanhamento, avaliação e eficácia dos*  
704 *tratamentos de efluentes, priorizando a Bacia do Alto Iguaçu."*; II. A  
705 necessidade de maior integração na gestão de licenciamento e outorga de  
706 empreendimentos que lançam efluentes, visando melhorar e dar pleno

707 atendimento ao que determina a Resolução SEMA nº 3/2004, no que se  
708 refere a emissão de Licenciamentos Ambientais e Outorga Prévia; III. Os  
709 lançamentos de efluentes na região da Bacia do Alto Iguaçu serem  
710 incompatíveis com a disponibilidade hídrica para sua diluição; IV. A  
711 ausência de monitoramento periódico oficial dos efluentes líquidos  
712 lançados nos corpos hídricos da bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu; V. Há  
713 pessoal com conhecimento técnico-científico no quadro funcional, embora  
714 em número insuficiente, capaz de auxiliar na revisão e estabelecimentos de  
715 novos padrões e critérios para a minimização dos impactos determinando a  
716 ineficiência no processo de gestão e melhoria da qualidade dos corpos  
717 hídricos da região. **RECOMENDA:** I. Que o Instituto das Águas do Paraná  
718 - AGUASPARANÁ e o IAP reavaliem os padrões ambientais atualmente  
719 utilizados no sistema de outorga, de licenciamento e de fiscalização dos  
720 empreendimentos potencialmente poluidores dos corpos hídricos da Bacia  
721 do Alto Iguaçu, e considerem o enquadramento legal atual ou o que venha a  
722 ser estabelecido pelo Comitê de Bacia dos corpos hídricos, bem como a  
723 necessidade de sua proteção; II. A maior integração entre o IAP e o  
724 AGUASPARANÁ, bem como do Sistema SEMA, para o desenvolvimento  
725 de estratégias e ações para a melhoria da qualidade das coleções hídricas do  
726 Estado do Paraná, e em especial, da Bacia do Alto Iguaçu. Para tal fim,  
727 poderá ser criado um fórum de discussão e proposição, no âmbito do

728 CEMA, visando essa integração. III. A promoção de investimentos  
729 destinados ao incremento, por concurso público, do quadro de pessoal do  
730 AGUASPARANÁ e IAP para atender a demanda de uma fiscalização  
731 eficiente e do monitoramento da qualidade das águas dos Rios da Bacia do  
732 Alto Iguaçu. Curitiba, 02 de abril de 2013. Luiz Eduardo Cheida -  
733 Secretário de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos -  
734 Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente.”

735 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
736 Eduardo Cheida):- A palavra está em aberto para discussão desta  
737 recomendação.

738 O Sr. Conselheiro Janderson Marcelo Canhado (COPATI):-  
739 Evidentemente que vamos apoiar esta proposição, mas gostaria de pedir a  
740 avaliação dos senhores no sentido de acrescentar, quando se fala em  
741 priorizar a Bacia do Rio Iguaçu, a Bacia do Rio Tibagi. O Cheida, que tive  
742 a honra de ser assessor quando foi prefeito de Londrina, me introduziu  
743 nessa questão de cuidar do meio ambiente, e foi Presidente do COPATI,  
744 organização que represento aqui com muita honra.

745 Semana passada, Cheida, recebi a visita de um técnico da Copel que,  
746 segundo ele, já existem número de efluentes de fósforo no Rio Tabagi em  
747 um valor superior ao que é preconizado pela legislação. Existe uma  
748 preocupação muito grande com a questão de algas, inclusive do manancial

749 de abastecimento no Rio Tibagi. Então, que esse esforço todo de  
750 fiscalização, de mais atenção à Bacia do Rio Iguaçu, que é bastante  
751 pertinente, que também fosse levado para a região da Bacia do Rio Tibagi e  
752 para todas as bacias do Paraná. (Palmas).

753       A Sra. *Ana Márcia Altoe Nieweglowski* (IAP):- A recomendação se  
754 focou na Bacia do Alto Iguaçu, porque o pedido na 81ª reunião ordinária  
755 foi sobre o Alto Iguaçu, agora cabe a esta plenária solicitar ou ampliar esta  
756 questão, daí é questão de encaminhamento da própria Presidência.

757       O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
758 Eduardo Cheida):- Pedindo até vênias aos demais Conselheiros que se  
759 dispuseram discutir a questão do Alto Iguaçu e afluentes do Alto Ribeira  
760 que, aliás, passaremos muito possivelmente a cobrança, a partir de  
761 setembro agora próximo, está bem ajustada esta discussão com o segmento  
762 produtivo, com a própria Sanepar, o Governo como um todo, IAP, o próprio  
763 Instituto das Águas, mas, apesar disso, pedindo vênias aos Conselheiros,  
764 talvez possamos introduzir aqui ou retirar a expressão sobre a Bacia do  
765 Alto Iguaçu e Afluentes e estendermos isso para todas as bacias que o  
766 Plano Estadual de Recursos Hídricos determina. Então, coloco isso para  
767 apreciação dos Conselheiros.

768       O Sr. Conselheiro *Mário Lessa Sobrinho* (SEIM):- Concordo  
769 plenamente com a posição do Secretário, mas acho que há uma amplitude

770 muito grande falar em todas as bacias, talvez colocando “de acordo com as  
771 prioridades”.

772 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
773 Eduardo Cheida):- Continua em discussão. (Pausa). Tarcísio.

774 O Sr. Conselheiro Luis Tarcísio Mossato Pinto (Presidente do IAP):-  
775 A título de contribuição, sobre a Bacia do Rio Tibagi tem um grupo do IAP,  
776 Copel, Sanepar, que já estuda toda essa questão desse alto volume que  
777 temos, de alguns contaminantes da bacia.

778 A Sra. Conselheira Ana Cláudia Bento Graff (PGE):- Sr. Presidente,  
779 só gostaria de fazer uma ponderação, porque me parece que a Bacia do Alto  
780 Iguaçu é inegavelmente a mais poluída que as demais. Então, talvez  
781 pudessem ser contempladas todas as bacias, mas priorizada a do Alto  
782 Iguaçu, porque sabemos que dificilmente tem dinheiro e gente para todas  
783 simultaneamente e acaba que não fica nenhuma atendida. Então, gostaria  
784 de pedir, recomendar que todas sejam objeto de atenção especial, mas  
785 minha sugestão é que priorize a do Alto Iguaçu.

786 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
787 Eduardo Cheida):- Passo a palavra à Ana para fazer o esclarecimento.

788 A Sra. *Ana Márcia* Altoe Niewegłowski (IAP):- Olhem no item III -  
789 “...para a melhoria da qualidade das coleções hídricas do Estado do Paraná,

790 e em especial da Bacia do Alto Iguaçu”. A solicitação foi sobre isso, muito  
791 embora seja importante para todas as bacias.

792 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
793 Eduardo Cheida):- Consulto o Marcelo, que fez a proposição, se está  
794 satisfeito? Contempla. O Lessa? Contempla. A palavra continua em aberto.  
795 (Pausa). Não havendo quem queira falar, em votação. (Pausa).  
796 APROVADA a recomendação.

797 Próximo ponto de pauta é sobre a composição das Câmaras Técnicas  
798 para esta gestão 2013/2014. Vou passar a palavra ao Secretário Executivo  
799 do Conselho.

800 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- Como  
801 vocês sabem, houve uma nova gestão da SEMA, teremos a formatação e  
802 composição das novas Câmaras Temáticas do Conselho Estadual do Meio  
803 Ambiente para esses dois anos que se avizinha.

804 Então, temos, dentro do Conselho, a Câmara Temática de  
805 Biodiversidade Biomas e Educação Ambiental e a Câmara Temática de  
806 Qualidade Ambiental, temos que compor estas Câmaras Temáticas para  
807 representação dos Conselheiros. Está no quadro como estavam compostas  
808 as Câmaras Temáticas até esta data.

809 Primeiramente abrimos inscrição para as instituições ou ONG's que  
810 estejam interessadas para uma das Câmaras Temáticas, posteriormente essa

40

811 instituição será provocada via ofício para que indique o nome da pessoa  
812 que representará a instituição dentro dessas Câmaras Temáticas.

813 Cada instituição pode participar de até duas Câmaras Temáticas de  
814 acordo com aquelas situações ali: membros natos são quatro instituições;  
815 ONG's Ambientalistas, uma; Entidades Trabalhadores - Segmento de  
816 Produção Patronal, uma; as Instituições de Ensino Superior, Secretarias de  
817 Meio Ambiente Municipais e Associação dos Municípios, uma; e entidades  
818 de classe uma também.

819 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
820 Eduardo Cheida):- Vamos suspender a Sessão por cinco minutos para  
821 decidirmos sobre esta questão.

822 (Está suspensa a Sessão).

823 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
824 Eduardo Cheida):- Reabrimos a Sessão.

825 Passo a palavra, para conduzir a escolha dos representantes e  
826 ouvirmos as entidades, representantes e Conselheiros, ao nosso Secretário  
827 Executivo.

828 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- Para  
829 esclarecer, porque restaram algumas dúvidas que foram levantadas, talvez  
830 isso seja recorrente, nessas Câmaras Temáticas que são quatro:  
831 Biodiversidade Biomas e Educação Ambiental, Economia e Meio

832 Ambiente, Qualidade Ambiental e Assuntos Jurídicos. Em Assuntos  
833 Jurídicos, é claro, inscrevem-se aqueles que são habilitados para tais, da  
834 área.

835 Com relação às representações é importante esclarecer que são dois  
836 grandes segmentos: Governamental, que são os membros natos, que são  
837 instituições como IAP, Secretarias de Estado, etc.; e quatro não  
838 governamentais, entre as quais estão as ONGs Ambientalistas que indicam  
839 um representante, as Entidades Trabalhadoras - Segmento de Produção  
840 Patronal, indica um; as Instituições de Ensino Superior, Secretarias de Meio  
841 Ambiente Municipais e Associação dos Municípios indicam um também e  
842 entidades de classe também indicam um para compor essas Câmaras  
843 Temáticas, sendo que cada entidade pode participar de até duas Câmaras  
844 Temáticas. Por exemplo, o IAP pode participar de duas, a Mater Natura de  
845 duas também e assim por diante.

846 Para iniciarmos esse processo podemos abrir aos interessados,  
847 começando pela Câmara Temática Biodiversidade Biomas e Educação  
848 Ambiental: membros natos - IAP, SEMA, SEAB e SEPL; ONG's  
849 Ambientais - Mater Natura; Entidades Trabalhadores - Segmento de  
850 Produção Patronal - FETAEP; as Instituições de Ensino Superior,  
851 Secretaria de Meio Ambiente Municipal e Associação dos Municípios -  
852 UNICENTRO; entidades de classe - CRBIO.

853           Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente: membros natos -  
854 COHAPAR, ITCG, SEIM E SEAB; ONG's Ambientais - ING; Entidades  
855 Trabalhadores - Segmento de Produção Patronal - FAEP; as Instituições de  
856 Ensino Superior, Secretarias de Meio Ambiente Municipais e Associação  
857 dos Municípios - (sem indicação); entidades de classe - CRMV.

858           Câmara Temática de Controle e Qualidade Ambiental: membros  
859 natos - IAP, SEMA, ÁGUAS PARANÁ e COHAPAR; ONG's Ambientais -  
860 COPATI; Entidades Trabalhadores, Segmento de Produção Patronal - FIEP;  
861 as Instituições de Ensino Superior, Secretarias de Meio Ambiente  
862 Municipais e Associação dos Municípios - UEM (a ser consultada);  
863 entidades de classe - CREA/Paraná.

864           Câmara Temática de Assuntos Jurídicos: membros natos - PGE (a ser  
865 consultada), ÁGUAS PARANÁ; ONG's Ambientais - COPATI; Entidades  
866 Trabalhadores, Segmento de Produção Patronal - FIEP; as Instituições de  
867 Ensino Superior, Secretarias de Meio Ambiente Municipais e Associação  
868 dos Municípios - (Sem indicação); entidades de classe - OAB.

869           Então, a Câmara Temática de Biodiversidade Biomas e Educação  
870 Ambiental está fechada, a Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente  
871 faltam as Instituições de Ensino Superior e Secretarias de Meio Ambiente  
872 que depois podemos consultar por ofício, Câmara Temática de Qualidade

873 Ambiental encontra-se fechada, e Câmara Temática de Assuntos Jurídicos  
874 está em aberto.

875 Podemos fazer uma última rodada para ver se mais alguma  
876 instituição queira participar, senão depois faremos essas consultas por meio  
877 oficial. (Pausa). Então, para essas vagas faremos consultas às instituições  
878 dos membros do Conselho Estadual do Meio Ambiente para se  
879 manifestarem sobre interesse em participar das vagas que estão ainda em  
880 abertas para comparem as Câmaras Temáticas para esta gestão.

881 Sendo assim, Presidente, retorno a palavra para os encaminhamentos.

882 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
883 Eduardo Cheida):- Então, vou submeter à votação por uma questão formal  
884 e, como o João Batista disse bem, não há ainda um preenchimento  
885 completo o que faremos através de ofício, uma solicitação a todos os  
886 Conselheiros.

887 Em discussão esta composição feita até o momento. Em votação.  
888 (Pausa). APROVADA.

889 Vamos passar para o último item da pauta fora Assuntos Gerais, que  
890 virá em seguida, que é um assunto que preocupa praticamente todos os  
891 Conselheiros, boa parte da sociedade paranaense e principalmente os  
892 Prefeitos que são informações sobre a proposta de resolução sobre a

893 descentralização de atividades de licenciamento e fiscalização ambiental  
894 nos municípios.

895 Vou passar a palavra ao Secretário Executivo para explicações.

896 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- Sr.  
897 Presidente, então quero passar um informe de como transcorreu a discussão  
898 dentro Conselho Estadual do Meio Ambiente, dentro da Câmara Temática e  
899 dentro dos grupos de trabalho e depois informo as questões que tenham  
900 pertinência.

901 Então, resgatando um pouco a história, para aqueles que são novos é  
902 importante que acompanhem essa discussão. Em abril de 2012 foi formado  
903 dentro do Conselho Estadual do Meio Ambiente, dentro da Câmara  
904 Temática de Qualidade Ambiental um grupo de trabalho para discussão de  
905 uma proposta, para elaboração de uma proposta visando normatizar a  
906 questão da descentralização ambiental, mas sob a égide da Lei  
907 Complementar 140, que foi apresentada por um processo de discussão com  
908 um advogado do Rio Grande do Sul que apresentou esta legislação e depois  
909 foi criado um grupo de trabalho dentro da Câmara Temática de Qualidade  
910 Ambiental.

911 Foram feitas várias reuniões onde ocorreu uma proposta de resolução  
912 que foi aprovada na CTQA em agosto de 2012 com algumas  
913 recomendações. Em 07 de agosto esta minuta foi apreciada por esta

914 plenária, na 84ª reunião ordinária, e houve uma abertura de debate, muitas  
915 dúvidas, questionamentos. Então, o Presidente da SEMA na época,  
916 Secretário Jonel, retirou de pauta esta proposição de forma que houvesse  
917 uma sugestão, abertura de debate, encaminhamento de sugestões,  
918 propostas, enfim, foi disponibilizado um tempo, até transcrevi um pedaço  
919 da Ata. Então, o Presidente do CEMA retirou de pauta “*para que num*  
920 *prazo de 30 (trinta) dias façamos uma nova reunião extraordinária, e que*  
921 *todos os Conselheiros encaminhem para a Câmara Técnica as suas*  
922 *sugestões, e que possamos chegar a um nível de maturidade de todos para*  
923 *que possamos dar por encerrado, digamos assim, o teor de minuta dessa*  
924 *Resolução*”.

925 Então, foi dado esse prazo, foram enviadas várias sugestões que  
926 foram recebidas por um GT, esse GT se reuniu novamente, compilou essas  
927 contribuições e elaborou uma nova proposição de minuta, obedecendo as  
928 recomendações da Câmara Temática de Qualidade Ambiental e  
929 desenvolveu, como estava proposto pela Câmara Temática de Qualidade  
930 Ambiental, nos anexos uma matriz cruzando as informações referentes aos  
931 critérios de porte, potencial poluidor/Degradador e natureza da atividade  
932 desse anexo de resolução. Ou seja, o anexo de resolução é aquela listagem  
933 de tipologias que podem ser repassadas aos municípios para que efetuem  
934 esse processo de licenciamento e acompanhamento ambiental. Então, essa

935 minuta remete ao cruzamento que usa os critérios de porte, potencial  
936 poluidor/Degradador e natureza da atividade.

937         Está no quadro o resumo do que seria mais ou menos a ideia dessa  
938 minuta. Teríamos uma matriz com duas formas de cruzamento onde,  
939 conforme o tipo de empreendimento, conforme o porte cruzado com o  
940 potencial poluidor, sairia um determinado *score*, um valor, que seria então  
941 objeto de licenciamento ambiental por um dos entes da federação.  
942 Conforme o valor, um alto potencial, depois vou explicar com mais  
943 detalhes, ou de grande porte isso seria encaminhado para determinado ente  
944 da federação. Outros de menores impactos de menor porte poderiam ser  
945 efetuados pelos municípios, independente de ser “a” ou “b”, qual seria essa  
946 situação, esta listagem.

947         Então, o corte proposto é que até seis o município poderia licenciar e  
948 acima de seis, ou seja, sete, oito, nove ou dez estariam restritos as  
949 atividades de grande porte ou que somassem sete pontos estaria restrito ao  
950 Estado ou à União.

951         Um exemplo de uma atividade: natureza de atividade - Agropecuária.  
952 O que seriam as atividades? Suinocultura, avicultura e piscicultura. Então,  
953 quando pegamos um determinado empreendimento que vai produzir 101 a  
954 300 matriz de leitão, por exemplo, está lá no quadro, seria de porte médio.  
955 Esse porte médio está em um valor de 3 e o potencial poluidor, por

956 exemplo, digamos que ele tenha um baixo impacto, um baixo potencial  
957 poluidor seria 2. Então, a somatória seria  $3 + 2 = 5$ , o município teria  
958 capacidade para fazer esse licenciamento.

959 Por outro lado, um grande empreendimento com 301 a 600 matriz  
960 que seria o valor de 4, cruzado com um alto potencial poluidor seria 8.  
961 Então, um grande empreendimento de suinocultura, que tem um alto  
962 potencial poluidor, ficaria a cargo do Estado ou, conforme a área, poderia  
963 ser a União se fossem aqueles requisitos de competência, que foge do meu  
964 conhecimento.

965 Então, seria essa a ideia da situação. Isso foi discutido e aprovado  
966 pela Câmara Temática de Qualidade Ambiental e foi enviado para que fosse  
967 estudado essa matriz com essas questões de tamanho, de empreendimento,  
968 de potencial poluidor, porque os membros da Câmara Temática não detêm  
969 conhecimento profundo do que é um grande empreendimento, do que é  
970 uma grande mineração. Por exemplo, até “xis” cúbico de extração de brita,  
971 é grande, médio ou pequeno? Então, tem que ser alguém da área, que  
972 conheça o assunto, para estabelecer isso. Loteamento, por exemplo, o que é  
973 um grande loteamento? Quantos lotes, quantos metros quadrados, área,  
974 hectares, etc.? Então, teriam que ser pessoas especialistas para determinar o  
975 que seria grande, médio, qual o porte potencial para estabelecer essa linha  
976 de porte para que os municípios pudessem dividir essa bola da questão do

977 licenciamento, considerando esses aspectos que a lei complementar nos  
978 estabelece que é uma listagem das tipologias considerando o porte, o  
979 potencial poluidor, degradador dessas atividades.

980 Então, foi feita esta situação e como a situação é complexa ainda não  
981 se chegou a um finalmente, outras pessoas depois podem falar aqui, e o que  
982 tem que ser discutido, independente se é essa a metodologia, se é uma  
983 listagem, enfim, o que é, o importante é que esse processo tenha um  
984 encaminhamento e chegue para que todos possam apreciar e deliberar sobre  
985 uma proposta que possa dividir essa bola com os municípios.

986 Eram essas as explicações, Secretário. Devolvo a palavra para os  
987 encaminhamentos.

988 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
989 Eduardo Cheida):- Vou abrir a palavra aos nossos técnicos do Instituto  
990 Ambiental do Paraná para complementarem os esclarecimentos do João  
991 Batista, que queriam fazer mais alguns adendos e a todos os Conselheiros.

992 O Sr. Conselheiro Luis Tarcisio Mossato Pinto (Presidente do IAP):-  
993 Gostaria primeiramente de fazer uma colocação, o grande tema de  
994 discussão no Senado e no Ministério de Meio Ambiente daqui para frente,  
995 Secretário, será licenciamento ambiental. O primeiro foi o Código Florestal  
996 e o próximo é licenciamento ambiental.

997 O Estado do Paraná está entre um dos cinco Estados que está  
998 discutindo, terá a primeira reunião no dia 10 para discutir a tipologia de  
999 licenciamento nos Estados, acho que já avançamos bastante neste sentido.  
1000 Com certeza haverá algumas mudanças em termos de licenciamento e  
1001 buscamos, primeiro, a proposta que foi contemplada e discutida pelo  
1002 Instituto Ambiental do Paraná não está anexada a esta proposta que foi  
1003 discutida pelo Secretário anterior.

1004 Então, faço questão que a proposta do IAP seja incluída neste  
1005 processo, porque realmente quem trata do licenciamento ambiental no  
1006 Estado é o Instituto Ambiental do Paraná. Então, temos uma visão do que  
1007 podemos passar, num primeiro momento, aos municípios e o que não pode,  
1008 até porque terão municípios que terão capacidade de receber um tipo de  
1009 licenciamento. E tem outros municípios, como o caso de Curitiba, que têm  
1010 uma capacidade bem maior de receber outro tipo de licenciamento. Isso  
1011 tudo foi discutido muito tecnicamente, foi uma proposta que foi levada ao  
1012 governador anteriormente, houve uma concordância em cima disso, que  
1013 facilitaria a visão dos municípios no entendimento do que estaríamos  
1014 repassando pela Lei Complementar.

1015 A preocupação hoje do Presidente e do próprio Secretário é a questão  
1016 de deixarmos isso aberto. Ou seja, a Lei Complementar 140 já permite que  
1017 os municípios façam os licenciamentos das suas atividades nos municípios.

1018 E nós não queremos que isso fique à mercê de qualquer município estar  
1019 licenciando qualquer tipo de atividade. Por isso nossa preocupação em  
1020 obter esta resolução. Estamos chamando os municípios e com a capacidade  
1021 de cada um deles repassar certos tipos de licenciamentos.

1022 Esta é uma preocupação grande, não é uma preocupação do  
1023 Presidente do IAP, esta é uma preocupação de toda a sociedade paranaense  
1024 e cada um de nós, Conselheiros, temos responsabilidade sobre isso, porque  
1025 se deixarmos aberto virará uma confusão de licenciamento, de fiscalização  
1026 e daqui a pouco ninguém mais sabe o que está fiscalizando, o que está  
1027 atuando e aí perdemos todo o controle do Estado.

1028 Então, gostaria de fazer esta colocação. Não sei a parte técnica da  
1029 instituição teria mais alguma proposição a fazer. Obrigado.

1030 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
1031 Eduardo Cheida):- Consulto aos técnicos do IAP.

1032 A Sra. Ana Cecília Bastos Aresta Nowacki (IAP):- Vou passar a  
1033 palavra inicialmente para a engenheira Ivonete que participou do grupo, ela  
1034 é a representante do IAP no grupo que fez a proposta cujo anexo está  
1035 exibido na tela.

1036 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAP):- Só para reforçar o  
1037 que o Presidente comentou, a nossa proposta seria esse anexo com a  
1038 listagem das atividades dependendo do porte e do potencial já especificado

1039 o que iria para o município. Entendemos que a questão de uma matriz é  
1040 extremamente complicada, num primeiro momento, porque se tem  
1041 interpretações dúbias do que é o potencial poluidor, do que não é. Então,  
1042 vai depender do empreendimento, ele vai dizer: “Quero que o município  
1043 licencie ou quero que o IAP licencie!”. Então, é uma interpretação dúbia.  
1044 Portanto, achamos que o melhor seria esta que você especifica diretamente  
1045 quais as atividades, a interpretação é mais fácil para os próprios  
1046 municípios.

1047       Aí tem casos como Curitiba, Curitiba é um caso específico porque já  
1048 tem todo um procedimento de licenciamento e esse seria um caso tratado à  
1049 parte, porque muitas atividades que não estão contempladas nesta listagem  
1050 o próprio município já faz. Então, esse seria um caso a parte.

1051       O Sr. Conselheiro Alessandro Panassolo (OAB):- Só uma dúvida,  
1052 então tem duas propostas, uma feita pelo órgão ambiental que é esse anexo  
1053 e outra que é aquela metodologia que é feita pela Câmara de Qualidade  
1054 Ambiental do Conselho. É isso?

1055       A Sra. Ana Cecília Bastos Aresta Nowacki (IAP):- Não. Na realidade  
1056 esse anexo é uma proposição, claro, acaba emanando do IAP, mas esse  
1057 anexo e a própria proposta da resolução foram fechados em um grupo de  
1058 trabalho, que foi instituído pelo próprio Conselho.

1059 O Sr. Conselheiro Alessandro Panassolo (OAB):- E aquela  
1060 metodologia?

1061 A Sra. Ana Cecília Bastos Aresta Nowacki (IAP):- Em função do que  
1062 aconteceu na reunião do dia 11 de agosto foi estabelecida a necessidade de  
1063 especificar algumas questões com relação ao anexo. Temos uma  
1064 interpretação, e como qualquer legislação muito nova tem-se várias  
1065 interpretações. O artigo que fala que o Conselho Estadual do Meio  
1066 Ambiente é que tem que estabelecer essas tipologias, fala: “considerando o  
1067 potencial poluidor, degradador e o próprio porte do empreendimento”. Esse  
1068 anexo já considera essas questões. Já estaríamos colocando ao público  
1069 usuário que não é só o município, como disse a Ivonete, não podemos  
1070 deixar dúvidas ao usuário que vai solicitar o licenciamento aonde ele deve  
1071 se dirigir, senão daqui a pouco temos, contrariando a lei, o empreendedor  
1072 solicitando licença em nível municipal e em nível estadual. Então, esse  
1073 anexo, da maneira como está proposto, já considera os critérios de  
1074 potencial poluidor e porte do empreendimento.

1075 O Sr. Alessandro Panassolo (OAB):- E ele é taxativo.

1076 A Sra. Ana Cecília Bastos Aresta Nowacki (IAP):- Exatamente.

1077 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
1078 Eduardo Cheida):- A palavra está em aberto para esclarecimentos,  
1079 sugestões.

1080 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Naquela reunião  
1081 em agosto, não somente a questão da tipologia foi levantada mas a própria  
1082 redação da Resolução. Houve algumas contribuições e na época o  
1083 Secretário achou por bem marcar 30 dias. Isso não aconteceu. Se hoje está  
1084 constando na pauta apenas informação, daqui a alguns meses vai completar  
1085 um ano e não sai nada.

1086 Então, fica uma sugestão de realmente cumprirmos o que consta na  
1087 Ata de em 30 dias haver uma reunião extraordinária só para tratar desse  
1088 assunto e assim finalizar. Quaisquer outras novidades que aparecerem no  
1089 cenário federal, depois pode ser incorporado durante o processo, mas o  
1090 importante é que essa Resolução minimamente saia do papel.  
1091 Conseguirmos dar um passo a mais, um progresso, pelo menos nesse  
1092 assunto.

1093 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
1094 Eduardo Cheida):- A palavra continua em aberto.

1095 O Sr. Conselheiro Carlos Eduardo Belz (CRMV):- A título de  
1096 contribuição, uma posição crítica com relação a esta matriz. O exemplo que  
1097 foi dado foi de suinocultura, onde coloca o tamanho do empreendimento e  
1098 o potencial poluidor. Só que essa análise simplista é, ao meu ver,  
1099 complicada porque o empreendimento não depende só do tamanho da  
1100 atividade, depende de uma série de outras questões complexas como o

1101 manejo que o proprietário implementa na sua propriedade, a região onde  
1102 esta propriedade está implantada. Quer dizer, todos esses aspectos vão  
1103 influenciar no potencial poluidor e não somente o tamanho da propriedade.

1104 Então, uma matiz assim, ao meu ver, fica bem falha.

1105 O Sr. Conselheiro Luis Tarcisio Mossato Pinto (Presidente do IAP):-  
1106 Não rebatendo, mas quero dizer que ela não é simplista. Tem um estudo  
1107 pelos técnicos da instituição, inclusive com o laboratório que temos das  
1108 análises e classificação de bacias onde foi trabalhado esse tipo de tipologia  
1109 onde estamos passando o licenciamento.

1110 Então, para deixar isso claro que não foi simplesmente definido:  
1111 “Dez porcos vamos dar para o município licenciar!” Isso tem todo um  
1112 estudo trabalhado por trás. Só a título de esclarecimento. Obrigado.

1113 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
1114 Eduardo Cheida):- Queria considerar a todos os Conselheiros algumas  
1115 coisas. Primeiro, todos estamos cientes da urgência dessa questão por  
1116 conta, o Presidente do IAP deixou isso muito claro, da Lei Complementar  
1117 140 que já outorga aos municípios essa responsabilidade. Quer dizer,  
1118 qualquer município que quiser sair licenciando pode fazer isso,  
1119 teoricamente. E isso traria transtornos extraordinários. Só isso já bastaria  
1120 para que o Conselho se decidisse com bastante presteza sobre o assunto.  
1121 Não foi feito isso.

1122 Eu queria considerar uma segunda questão. Eu não posso, como  
1123 Secretário de Meio Ambiente do Estado, responder pelo o que aconteceu lá  
1124 atrás, mas tenho como todos aqui um compromisso muito grande, o ex-  
1125 Secretário Jonel também tinha, de fazermos as coisas andarem muito  
1126 rapidamente. É claro que isso significa uma questão que parece que não  
1127 está sendo levantada, mas precisa ser considerada. Precisamos, e o Estado  
1128 através do IAP, das universidades e dos diversos técnicos tem obrigação de  
1129 capacitar os municípios para fazerem esses licenciamentos. Não podemos  
1130 simplesmente descentralizar pelo peso da atividade. O cidadão, o técnico  
1131 que vai fazer este licenciamento precisa de informações e são informações  
1132 muitas vezes, durante anos, já pisadas e repisadas por técnicos que já se  
1133 debruçaram sobre as atividades. Muitos municípios não conseguirão fazer o  
1134 licenciamento, precisarão se consociar com outros.

1135 Ou seja, existem algumas nuances de caráter prático que não basta  
1136 simplesmente descentralizar como se a gente estivesse se desfazendo de um  
1137 problema, talvez a gente vá criar outro.

1138 Então, nesse sentido e com esses argumentos é que queria pedir um  
1139 voto de confiança aos Conselheiros, e não encontro outra expressão que  
1140 não seja essa, para que pudéssemos eu avocar para mim, como Secretário  
1141 de Meio Ambiente, depois de conversar com o próprio Presidente do IAP e  
1142 com os técnicos, esse processo. Em 30 dias teremos uma solução completa

1143 sobre isso que envolve uma proposta de qualificação e que envolva também  
1144 uma proposta até de consorciamento dos municípios para que haja  
1145 efetivamente uma capacitação nesse licenciamento.

1146 E, em 40 dias, possivelmente lá pelo dia 14 ou dia 15 de maio  
1147 próximo, uma reunião extraordinária do Conselho, podemos já sair com ela  
1148 marcada de consenso de todos os Conselheiros, resolveremos esta questão  
1149 de pronto. Uma reunião extraordinária só para debater esta questão, mais  
1150 nenhum outro ponto de pauta, mais nenhum outro assunto dada a  
1151 importância disso.

1152 Os prefeitos têm me procurado assim como devem procurar o  
1153 Tarcísio e outros técnicos, porque querem já fazer isso. Muitos dos  
1154 Conselheiros já viram as notícias da semana passada dando conta que a  
1155 própria ASSOMEC já está conclamando os prefeitos a iniciarem o  
1156 licenciamento ambiental. É uma temeridade sendo feito dessa forma.

1157 Eu tive a cautela de conversar com vários Presidentes de Associações  
1158 de Prefeitos e todos aguardam que o Conselho decida isso junto com o  
1159 Instituto Ambiental do Paraná, que é o órgão credenciado para que isso  
1160 aconteça, e possamos inclusive fazer disso até um marco na história de  
1161 meio ambiente do Paraná, onde o Estado, a iniciativa privada, os poderes  
1162 públicos como os poderes públicos municipais possam, junto com as  
1163 demais entidades que trabalham com a questão ambiental, fazerem desta

1164 questão do licenciamento uma mudança de paradigma inclusive, onde haja  
1165 transparência, agilidade e normativas claras para que o licenciado não tenha  
1166 mais que ficar se batendo para ir, muitas vezes, ao órgão ambiental, à  
1167 prefeitura entregar documentos reiteradas vezes, para que possamos fazer  
1168 uma proposta clara sobre isso. Digo isso até porque creio que só a  
1169 descentralização não resolverá o problema de todo, vai ajudar muito os  
1170 nossos técnicos do Instituto Ambiental do Paraná, mas são necessárias,  
1171 muitas vezes, outras mudanças, talvez, para que possamos dar a agilidade  
1172 que o Estado precisa, e todos nós queremos. Agilidade, obviamente,  
1173 entenda-se com toda a responsabilidade que os órgãos ambientais do  
1174 Estado tem tido com a transparência devida inclusive e não penalizando  
1175 muitas vezes a atividade econômica que traz para nós empregos, tributos,  
1176 para que possamos executar as políticas públicas.

1177 Então, é com esse espírito que queria pedir a todos os Conselheiros,  
1178 conclamá-los para que pudéssemos ter esta oportunidade de reapreciar  
1179 junto com o IAP o processo em 30 dias e, em 40 dias, estarmos aqui  
1180 novamente discutindo e votando uma Resolução definitiva para que isso  
1181 possa acontecer.

1182 Queria colocar isso em discussão, se os Conselheiros me permitem, e  
1183 abriria obviamente para as manifestações dos Conselheiros.

1184 O Sr. Conselheiro Mário Lessa Sobrinho (SEIM):- Gostaria de saber  
1185 se há possibilidade de os Conselheiros receberem esse documento antes da  
1186 reunião do dia 15 para virmos preparados para sugestões que possam  
1187 acontecer.

1188 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
1189 Eduardo Cheida):- Sem dúvida, aliás esse hiato de dez dias é justamente  
1190 para isso, para que todos possam se reportar às suas entidades, fazerem as  
1191 discussões e trazerem as contribuições.

1192 O Sr. Conselheiro Irineu Roveda (FIEP):- A Federação das Indústrias  
1193 já vem de há muito preocupada com essa situação. Na outra ocasião já  
1194 discutimos isso com o Tarcísio, nós apoiamos a Resolução porque  
1195 acreditamos que ela deve existir para que possamos fazer os investimentos.  
1196 Não só a Federação apóia essa sua sugestão como espera que ela aconteça e  
1197 clama por isso para que aconteça o mais rápido possível.

1198 A título de sugestão, se pudesse de alguma forma, Secretário,  
1199 beneficiar ou propiciar que os consócios já constituídos fossem levados em  
1200 conta. Vou dar um exemplo. Final do ano passado tive uma reunião do  
1201 Consórcio dos Municípios Lindeiros do Parque Nacional do Iguaçu e lá  
1202 existe uma característica específica dos licenciamentos que tem que ter  
1203 anuência do ICMBio. E nesta reunião, conversando com o Pegoraro, chefe  
1204 do parque, ele não só colocou à disposição como também toda a equipe da

1205 ICMBio para que os municípios possam fazer o seu licenciamento. Então já  
1206 teria uma estrutura formalizada e o Consórcio já instituído legalmente para  
1207 que pudesse começar esse licenciamento o mais rápido possível. A título de  
1208 sugestão, Sr. Presidente.

1209 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
1210 Eduardo Cheida):- A palavra está em aberto.

1211 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- Com  
1212 relação a esta Resolução é importante falar que o corpo dela foi elaborada,  
1213 consensuada, e, no entender das pessoas que participaram, está muito boa.  
1214 Com essa abertura de possibilidade de contribuição várias delas foram  
1215 incluídas, e tem essa versão que está no quadro que trata desta síntese de  
1216 todas as contribuições que surgiram com relação ao corpo dessa Resolução.  
1217 Então, são várias sugestões como da Secretaria Municipal de Meio  
1218 Ambiente de Campo Largo, da COHAPAR - o Guatassara encaminhou  
1219 algumas -, da Secretaria de Meio Ambiente da Região Metropolitana de  
1220 Curitiba, enfim, podemos enviar já de pronto para todos os Conselheiros  
1221 para que já comecem a visualizar o corpo desta Resolução.

1222 E outra questão, é discutirmos a questão do anexo, que podemos  
1223 fazer em grupo para trabalharmos de forma rápida e eficiente, para finalizar  
1224 esse anexo e depois trazer a discussão aqui no Conselho.

1225 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
1226 Eduardo Cheida):- Eu só insistiria que nesta reunião extraordinária que eu  
1227 propus não tratássemos apenas da Resolução, que tratássemos da  
1228 descentralização como um todo, calcada na prática, na implementação.

1229 Eu gostaria de colocar em votação esta proposta, o que significa uma  
1230 retirada de pauta desta questão por trinta dias e a convocação de uma  
1231 reunião extraordinária em 40 dias. Em discussão. (Pausa). Em votação.  
1232 (Pausa). APROVADA.

1233 Muito obrigado. Quero agradecer a todos por esta confiança e tenho  
1234 certeza absoluta que o Instituto Ambiental do Paraná e todo o Governo do  
1235 Paraná, junto com os Conselheiros, vão construir a melhor proposta para a  
1236 descentralização, que não digo da história porque nunca houve, mas quem  
1237 sabe deste país. Nunca antes feita neste país.

1238 O próximo ponto de pauta trata de Assuntos Gerais. O primeiro é a  
1239 informação sobre o Programa de Controle e Poluição Veicular - PCPV, e  
1240 quero passar a palavra ao Presidente do IAP, Luiz Tarcísio, para dar os  
1241 informes a esse respeito.

1242 O Sr. Conselheiro Luis Tarcísio Mossato Pinto (Presidente do IAP):-  
1243 O processo de inspeção veicular do Estado do Paraná é uma atividade que  
1244 atende a uma Resolução do CONAMA e esse plano já foi elaborado, toda a  
1245 parte de Resolução, da SEMA e os trabalhos já foram realizados. Ou seja,

1246 realizamos audiências públicas no Estado do Paraná inteiro com as  
1247 proposições, e o que foi gerado desse processo todo é um modelo de  
1248 concessão relacionado ao Programa do **IEME** por um período de 15 anos.  
1249 E aí tem várias atividades que foram discutidas em conjunto para que  
1250 possamos implementar isso no Estado do Paraná.

1251       Esta proposta, depois de várias discussões, de várias conversas com  
1252 todos os setores e com o grupo de trabalho realizado, chegou-se à  
1253 conclusão da elaboração do edital. Começamos a trabalhar no edital, ele  
1254 está praticamente finalizado, mas hoje existe uma proposta do governador  
1255 que a gente não lance esse edital nesse período ainda. Existem no Estado  
1256 do Paraná praticamente cinco milhões e quinhentos mil veículos. Então é  
1257 uma situação bastante preocupante, mesmo a gente tendo recentemente a  
1258 Gazeta do Povo publicando que o índice de poluição da qualidade do ar em  
1259 Curitiba caiu, pelos monitoramentos que o IAP e a LACTEC faz com as  
1260 estações de monitoramento, mas isso é uma coisa que terá que ser  
1261 implantado.

1262       Resolvemos, até pela decisão do governador, em segurar um  
1263 pouquinho, porque também está havendo alguma alteração no CONAMA,  
1264 existe uma proposta de vários estados para que altere alguma questão na  
1265 Resolução para que possamos realmente colocar em prática.

1266 Então, como está ela hoje? Em finalização do edital e aguardando o  
1267 posicionamento político do governador.

1268 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
1269 Eduardo Cheida):- São só informes, não é discussão. Gostaria de consultar  
1270 se tem algum Conselheiro que queira fazer alguma complementação ao  
1271 relato do Presidente do IAP. Não havendo passaremos ao penúltimo assunto  
1272 que é a apresentação do Inventário Florestal Nacional do Paraná.

1273 Vou passar a palavra ao Castella para colocar rapidamente o que está  
1274 sendo feito sobre a questão do Inventário Florestal e as suas etapas, e dizer  
1275 a todos que o Castella, até então, respondia por essa coordenação. O  
1276 coordenador agora é o Dr. Paulo de Tarso que obviamente, como assumiu  
1277 semana passada, delega ao Castella a apresentação rápida desse inventário.

1278 O Sr. Paulo Roberto Castella (SEMA):- Obrigado, Presidente, Sr.  
1279 Secretário. A questão do Inventário Florestal Nacional no Estado do Paraná  
1280 é uma estratégia de uma política nacional e até uma política dentro da  
1281 Convenção da Biodiversidade onde também estabelece os países membros  
1282 de conhecer as suas florestas para a questão do manejo. Então, vem dentro  
1283 de uma estratégia dentro da Convenção da Conservação da Biodiversidade.

1284 Aqui é uma passagem, lembrando o quanto tínhamos e o quanto nos  
1285 restou de floresta no Estado do Paraná que é estimado em 7% a 10% dessa  
1286 cobertura florestal.

1287           E o Inventário Florestal Nacional do Paraná, pela atribuição da  
1288 Secretaria de Meio Ambiente, seria só das florestas nativas. As florestas  
1289 plantadas estão com a atribuição da Secretaria de Agricultura e  
1290 Abastecimento. Não é só fazer o inventário das florestas, também tem uma  
1291 proposição como Santa Catarina que já terminou. Eles tiveram um avanço  
1292 muito interessante que não foi só de volume ou quantidade de madeiras  
1293 existentes. Avançaram também nos aspectos sociais de como se utiliza,  
1294 como essas florestas são tratadas pelos povos que habitam o seu entorno ou  
1295 dentro dela, e deu uma radiografia excelente.

1296           Outro estado que está fazendo o seu inventário é o Rio Grande do  
1297 Sul e alguns estados do norte do Brasil.

1298           Uma das finalidades, e aí coloco a questão do inventário, só  
1299 lembrando da cooperação técnica entre a SEMA, a SEAB e Serviço  
1300 Florestal onde definem a metodologia utilizada em todo o processo. Tem a  
1301 finalidade de inventariar a composição, estrutura horizontal e vertical dos  
1302 remanescentes florestais do Paraná, isso gera informação de tudo quanto é  
1303 nativo, a questão de regeneração, distribuição de espécies, estoques de  
1304 madeira, carbono, dá uma diretriz até para a política. Ele analisa a dinâmica  
1305 da floresta, o que está debaixo da floresta, porque quando se analisa de  
1306 cima é ótimo, mas quando se olha dentro dela é um espanto.

1307           Em Santa Catarina isso foi muito marcante, porque eles viram que o  
1308 que eles tinham de floresta era maravilhoso na sua cobertura, mas um  
1309 empobrecimento muito forte do seu sub-bosque.

1310           Ele também tem a prerrogativa de avaliar a densidade de espécies da  
1311 flora nativa ameaçada de extinção, visando fundamentar estratégias efetivas  
1312 de conservação - depois vocês vão ver. Aí quando fala em avaliar as  
1313 espécies em extinção, por isso que entra também a questão do Museu  
1314 Botânico, que depois vamos ver, e entra também a estratégia junto com os  
1315 Jardins Botânicos do Paraná de ter essas exsicatas que serão colhidas  
1316 durante o inventário. Então, vamos ter um perfil atualizado das espécies.

1317           Em Santa Catarina foi interessante, porque descobriram novas  
1318 espécies e subespécies que foram depositadas em alguns Jardins Botânicos  
1319 de Joinville, na UNIVILLE, que tem um depósito também dessas exsicatas.

1320           A questão de identificar as espécies mais importantes do ponto de  
1321 vista social, econômico e cultural, seus usos atuais e potenciais - são pontos  
1322 a cada 20km, se caiu dentro de uma área de pastagem a pessoa vai  
1323 descrever que aquela paisagem é uma pastagem, se caiu dentro da floresta,  
1324 quem usa, como usa e as formas de uso mesmo. Dá o retrato do uso  
1325 econômico do aspecto social e cultural. Por isso é muito forte, é muito  
1326 interessante.

1327 As informações obtidas com o inventário serão importantes e  
1328 utilizadas para a questão de inserção e alimentação dentro dos Sistemas de  
1329 Informações Ambientais e vai estar disponibilizado como estratégia;  
1330 subsidiar a atualização da Lista de Espécies Vegetais Ameaçadas de  
1331 Extinção - e isso já está fechado com o Museu Botânico de Curitiba, o  
1332 termo está pronto, consolidado; subsidiar a identificação de novas Áreas  
1333 Prioritárias; fundamentar a Política Florestal do Estado do Paraná; subsidiar  
1334 o Zoneamento Ecológico Econômico. Esses são os pontos fortes do  
1335 inventário que a gente quer.

1336 Então, as florestas nativas é a SEMA e a florestas plantadas é a  
1337 SEAB, e a SEAB já começou o dela. Foi dividido em metodologia em  
1338 mesorregiões. A primeira etapa, que já foi contratada pelo serviço florestal  
1339 brasileiro, vai iniciar nessas três mesorregiões: centro ocidental, centro-sul  
1340 e sudoeste. São 151 amostras colhidas aí. São pontos em um *grid* a cada  
1341 20km e sempre com a descrição da paisagem.

1342 Essas outras três mesorregiões, que são de Curitiba, centro oriental,  
1343 sudoeste e Metropolitana de Curitiba, são 161 amostras, estão na  
1344 Coordenadoria de Biodiversidade e Floresta e na Coordenadoria de  
1345 Educação Ambiental e Jardins Botânicos, por isso as duas coordenadorias  
1346 estão juntas por causa dos Jardins Botânicos, as estratégias junto com os  
1347 Jardins Botânicos em relação aos depósitos e aos manejos dessas exsicatas.

1348 Aí em processo de licitação, vamos encaminhar o mais breve possível ao  
1349 governador para obter esta autorização governamental para abertura do  
1350 edital. Então, o processo todo está praticamente pronto, o Paulo se  
1351 comprometeu em agilizar o mais breve possível.

1352 A próxima etapa é essa, e quase não existe floresta, por isso que nós  
1353 deixamos por último. Essa é mais fácil e mais rápido que seria um número  
1354 maior de 238 unidades amostrais que numa estratégia de ação vamos  
1355 realizá-los aqui.

1356 Aqui é só um esquema de como foi montado o organograma de  
1357 coordenação: Coordenadoria de Biodiversidade junto com a Coordenadoria  
1358 de Jardins Botânicos, o IAP e o ITCG entram fornecendo as bases, o IAP  
1359 com seus escritórios acompanhando. Tem uma empresa que faz toda a  
1360 coleta e a sistematização de dados e a UFPR entra com a escola de floresta  
1361 fazendo o controle de qualidade dessas amostragens e a análise de solo, a  
1362 Embrapa análise de paisagem e o Museu Botânico ficou de fazer a  
1363 identificação botânica de todo o material, preparar as exsicatas, fazer o  
1364 depósito, fazer todas aquelas anotações que são necessárias para o  
1365 Botânico.

1366 De forma rápida é isso aqui. Então, são as duas coordenadorias que  
1367 estavam nesse processo. (Palmas).

1368 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
1369 Eduardo Cheida):- Muito obrigado, Castella.

1370 Então, passamos ao último informe que é a questão do Imóvel Curi  
1371 na Serra da Esperança para relatar os encaminhamentos dados e os  
1372 resultados. Passo a palavra à Dra. Vânia.

1373 A Sra. Conselheira Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Fiz uma  
1374 pequena apresentação para recuperar o que foi feito, o Adriano lembrou  
1375 que daqui a pouco fará um ano que não votamos uma Resolução, o caso  
1376 dos Curi já faz dez anos. E infelizmente nesse meio tempo estamos vendo a  
1377 perda da biodiversidade e outros problemas.

1378 Então, este relatório foi uma Comissão formada no dia 07 de agosto,  
1379 a comissão é composta pelo ING, GARI, ITCG, Presidente do Conselho  
1380 Gestor da APA, também pelo João Batista, teve a representação do pessoal  
1381 da SEMA de Guarapuava e o pessoal do ITCG, além do pessoal da Força  
1382 Verde.

1383 Fizemos uma primeira visita nos dias 28 e 29 de agosto de 2012,  
1384 nesta visita constatamos que existe um processo de ocupação e degradação  
1385 da área bastante grande. Reunimos várias informações com relação à área e  
1386 com relação à situação das pessoas que estão lá e da questão do meio  
1387 ambiente.

1388 A APA existe desde 1992, é uma área que envolve vários municípios,  
1389 não tem muita capacidade para que seja explorada como agricultura, é da  
1390 Bacia do Iguaçu e principalmente os afluentes de Guarapuava e Rio das  
1391 Pedras o manancial vem de todas as nascentes que estão nessa região.

1392 Fiz um histórico bem breve, serei bem rápida. Em 2004, logo depois  
1393 da nossa visita, veio uma autorização à Família Agibert para aproveitar as  
1394 imbuías caídas. Em 2005 houve denúncia de desmatamento clandestino,  
1395 esta propriedade é uma área com mais ou menos 7.400 alqueires, uma parte  
1396 tem documentado e outra parte não, foi invadida por um período pelo MST,  
1397 tem um grupo que se chama Bandeira Branca e tem também os fazendeiros  
1398 que compram áreas ali dentro - inclusive tivemos acesso a uma escritura de  
1399 quase 400 mil reais de venda de uma área de posse dentro da área do Curi e  
1400 que essa pessoa, inclusive - até estão pessoas que moram lá, inclusive um  
1401 deles teve a casa queimada depois que essa pessoa entrou lá -, saiu para  
1402 trabalhar e quando voltou não tinha casa. E está havendo um grande  
1403 desmatamento por outras pessoas que estão entrando ali.

1404 Constatamos na época mais ou menos em torno de cem famílias,  
1405 estão 25 no Papuã que ainda são integrantes do MST, na Campina Redonda  
1406 aproximadamente 66 famílias que estão dentro de uma associação de  
1407 produtores e no Aroeira também 12 famílias que são do MST.

1408 O INCRA durante um período deu apoio a essas pessoas, hoje não  
1409 está fazendo mais isso, e a área tem sido alvo desde 2010 de muito  
1410 desmatamento e continua sendo, inclusive tivemos acesso a uma escritura  
1411 de transferência de direitos de posse no valor de R\$ 413.000,00, onde as  
1412 pessoas pagaram para regularizar a sua reserva legal em outras áreas e é  
1413 uma área que já tem posseiro. Então, eles fizeram assim: convidaram os  
1414 posseiros para um churrasco, mostraram a área, venderam, quando a pessoa  
1415 voltou para assumir a área encontrou os assentados lá dentro.

1416 Então, é uma situação bem crítica. E infelizmente as pessoas que  
1417 estão comprando, inclusive outra pessoa comprou uma área de um alqueire  
1418 e meio e fez uma escritura de cento e poucos alqueires. Então, na verdade  
1419 está mostrando que existe uma quadrilha trabalhando ali dentro, porque os  
1420 cartórios estão acompanhando isso e estão fazendo documentos. Depois  
1421 que essas pessoas entraram na área - depois o pessoal pode falar, se  
1422 permitirem - quando eles foram falar que estavam desmatando algumas  
1423 áreas, eles passaram a dizer: “Então, vocês tirem o time daqui, senão vamos  
1424 queimar as casas de vocês”. E de fato queimaram já três casas. E também,  
1425 depois de certa festa lá, não sei o que houve, queimaram a casa daquele que  
1426 comprou também. Nada que bala trocada não dói, mas a gente não pode  
1427 dizer nada.

1428           Aqui são algumas fotos recentes que tiraram no celular de pinheiros  
1429 que estão sendo tirados, e olhem o tamanho dos pinheiros. São pinheiros  
1430 pequenos, não são pinheiros que justifiquem uma exploração, porque  
1431 realmente não tem capacidade para fazer quase nada com isso.

1432           Aqui são as casas, inclusive essa senhora grávida teve a casa dela  
1433 queimada. Ela foi ganhar o neném, quando saiu do hospital já não tinha  
1434 mais, e a casa não é casa, vocês estão vendo que são casas bem precárias e  
1435 de condições bem simples e foram queimadas. Até o Noel está ali e ele foi  
1436 um dos que perdeu a casa e eles procuram a Polícia Militar, a Polícia Civil.  
1437 A Polícia Militar manda para a Polícia Civil, a Civil manda para a Militar.  
1438 E são pessoas realmente muito pobres e acabam não tendo nem condições  
1439 muitas de fazer o registro da queixa. Fora que acaba sobrando para mim,  
1440 porque aí eles ligam para a Dra. Vânia: “A senhora levou o nosso caso lá  
1441 em cima, agora queremos saber de alguma coisa! Queremos uma resposta.”

1442           Essa semana mesmo eu recebi uma ligação lá da área dizendo que  
1443 tinha desmatamento, passei o telefone da Força Verde, mas o pessoal da  
1444 Polícia Militar, quando fizemos as entrevistas, eles falaram que não havia.  
1445 E como de fato recebi um panfletinho aqui dizendo que até agora não foi  
1446 refeito o convênio entre o IAP e a Polícia Ambiental, sabemos da  
1447 precariedade do atendimento. Então, acaba que não é atendido. Não é

1448 atendido hoje, amanhã faz de novo, depois de amanhã faz de novo e assim  
1449 está indo.

1450 Então, eles estão aqui, até preferi que eles viessem para acompanhar,  
1451 que de fato estamos tentando fazer alguma coisa por eles, mas a gente  
1452 precisa primeiro de apoio e a Procuradora da República, que é de  
1453 Guarapuava, já havia feito contato com o Jonel para que esta área fosse  
1454 passada para o Estado, até foi um consenso no Conselho daquela reunião,  
1455 de se criar um mosaico de unidades de conservação para que pudéssemos  
1456 gerir no âmbito estadual, porque para o Governo do Estado não há  
1457 interesse.

1458 Então, se demorarmos não vamos ter nem o que fazer. Está havendo  
1459 outra evasão por outro grupo que cada semana traz mais gente, então logo  
1460 mais vamos ter um conflito armado ali dentro, porque chega uma hora em  
1461 que as pessoas começam: “Ah, como ele queimou minha casa eu queimo a  
1462 dele”, como: “Deu um tiro na minha casa, também vou e dou um tiro na  
1463 casa dele”, provavelmente haverá isso.

1464 Então, a minha sugestão seria o apoio do Conselho para isso,  
1465 primeiro: uma força tarefa na questão da fiscalização, porque eu mesma  
1466 liguei e eu mesma tive informações de que realmente não há condições de...  
1467 até o Gevert fez um depoimento no nosso relatório de que Prudentópolis e  
1468 Pinhão, se não me engano, são os calcanhares-de-aquiles que eles têm e

1469 que eles não têm condição de atender pela dificuldade que todos os dias  
1470 tem um problema. Então, a gente precisa de uma força tarefa, a gente  
1471 precisa de apoio para que eles possam fazer o trabalho deles. E os  
1472 servidores estão realmente em condições bem precárias para trabalhar.

1473 Segundo, nós precisamos que o Conselho e o próprio Secretário, não  
1474 adianta apenas encaminhar o ofício, dizendo: “Olha, está aqui o relatório do  
1475 que está acontecendo lá”, precisa de uma conversa com o Comando da  
1476 Polícia Civil, com o Comando da Polícia Militar, porque tem uns  
1477 descabros que a gente não entende por que acontece, mas acontece. Você  
1478 liga para a Polícia Militar dizendo que tem uma briga na frente da sua casa  
1479 ela não vem - estou dizendo isso porque realmente aconteceu comigo, não é  
1480 conversa, o casal brigou, aí o fulano quer tirar os porcos de dentro do  
1481 chiqueiro, ele pega a Polícia Militar para ir lá tirar os porcos de dentro da  
1482 casa porque a mulher vai ameaçá-lo. Não é papel da Polícia Militar fazer  
1483 isso e na verdade ela acaba não fazendo o que tem que fazer. E na questão  
1484 de desmatamento então nem se fala, quando se fala que a obrigação seria  
1485 da própria Polícia Militar ajudar, não vai fazer isso e não faz mesmo.

1486 Então, precisamos de um apoio para que a Polícia Civil e a Polícia  
1487 Militar olhem essa região de outra forma e que elas tenham realmente uma  
1488 posição de ver o que está acontecendo, e não de levar o cara que comprou  
1489 uma área de um alqueire e fez uma escritura de cem para assumir uma área

1490 e deixar o pessoal que está morando há sete, oito, dez anos de posse e que  
1491 são pobres sem atendimento quando eles têm uma casa queimada. Isso não  
1492 tem mais como continuar. Para isso precisamos de uma posição do  
1493 Conselho e do Secretário para que as coisas possam acontecer dessa  
1494 maneira.

1495         No meu entendimento há uma quadrilha e há um crime organizado lá  
1496 dentro, porque isso não vem de hoje, já é coisa de dez anos. Até essas  
1497 escrituras que tive acesso em que a pessoa vendeu um alqueire e a escritura  
1498 saiu de cento e poucos alqueires, já era de uma pessoa que foi processada  
1499 por tirar imbuia dentro da área e depois autorizada a tirar imbuia caída.  
1500 Claro, a imbuia caiu, porque foi derrubada e daí foi explorada. Então,  
1501 temos que apurar quem são esses quadrilheiros e o que estão fazendo lá, do  
1502 contrário para que o Estado existe?

1503         E acho também extremamente importante que o Secretário faça  
1504 contato com a Procuradora, porque a área é importante para a conservação.  
1505 Ela já foi melhor, mas ainda é uma área boa, acredito que para o próprio  
1506 Inventário Florestal do Paraná, nós não temos mais floresta em bom estado  
1507 e o pouco que tivermos em bom estado ou em estado até secundário temos  
1508 que conservar para dizermos que fizemos alguma coisa pelo meio  
1509 ambiente.

1510 Então, é isso que gostaria de colocar e espero que consiga o apoio do  
1511 Secretário e do Conselho para que essas ações sejam feitas e colocadas em  
1512 práticas, porque para nós pode demorar um mês, dois, três meses e não  
1513 teremos o problema de quem está vivendo lá, porque se eles vão lá e dizem:  
1514 “O senhor não pode desmatar aqui, porque aqui é uma nascente!”, e isso  
1515 eles - vou dizer a verdade, são uns pobres coitados, aí fazem e não têm  
1516 apoio, um dia, dois, três, uma semana para eles faz uma diferença muito  
1517 grande e já estamos há dez anos batendo nesta tecla que ali vamos perder.  
1518 Lá tem uma cachoeira linda, que é a Véu de Noiva, vai ajudar o manancial  
1519 de Guarapuava que abastece a cidade. Então, tem todo um fator de meio  
1520 ambiente que precisamos realmente considerar e levarmos em conta na  
1521 hora de decidir o que fazer aqui. Era isso. Obrigada.

1522 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
1523 Eduardo Cheida):- A Presidência que agradece. Quero informar aos  
1524 Conselheiros que é um relato, mas gostaria de convidar a Dra. Vânia junto  
1525 com o pessoal que a acompanha para que pudéssemos fazer uma discussão  
1526 a respeito disso, não precisa ser hoje, o problema já vem de muito tempo,  
1527 para fazermos uma discussão para tomarmos providência até para que  
1528 possamos discutir quais as providências que são mais emergenciais a serem  
1529 tomadas. Estou absolutamente à disposição para isso e gostaria muito de  
1530 recebê-los lá na SEMA para discutirmos as medidas a serem tomadas,

1531 obviamente em consonância com o governador, porque é uma questão de  
1532 dimensão maior inclusive do que a Secretaria em si poderia suportar.

1533 Então, para falar o português bem claro, precisaremos de um arranjo  
1534 de forças muito maior do que apenas um aparato fiscalizatório ou coisa do  
1535 gênero. Trata-se de desocupação e coisas do gênero. Mas não gostaria de  
1536 abrir a discussão por conta de que é apenas um relato, nós estamos com a  
1537 ausência já de vários Conselheiros e passarmos rapidamente para a nossa  
1538 Tribuna Livre, onde estão inscritos três Conselheiros por um total de cinco  
1539 minutos cada um.

1540 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Sr. Secretário, por  
1541 gentileza, ainda sobre os informes.

1542 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
1543 Eduardo Cheida):- Pois não.

1544 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Gostaria de deixar  
1545 anotado que em novembro acontecerá a IV Conferência Nacional de Meio  
1546 Ambiente e nós, do Movimento Ambiental do Paraná, estamos curiosos em  
1547 saber quem é a pessoa que vai cuidar da fase estadual uma vez que a fase  
1548 municipal, regional parece que não vai acontecer.

1549 Então, só gostaria de fazer essa colocação para que pudesse nos  
1550 indicar quem é a pessoa que estará cuidando da fase estadual preparatória  
1551 para Conferência Nacional de Meio Ambiente, e o tema é resíduos sólidos.

1552 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
1553 Eduardo Cheida):- Confesso que ainda não me debrucei sobre esta questão  
1554 nessas três semanas que estou à frente da Secretaria, mas devo fazer isso  
1555 dentro dos próximos dias e informo a todos os Conselheiros.

1556 Tribuna Livre.

1557 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- Temos  
1558 inscritos na sequência: Marcelo do COPATI, Cláudio do CEDEA e Vânia  
1559 do ING que, como vocês sabem, são 15 minutos divididos por todos os  
1560 inscritos. Com a palavra o Conselheiro Marcelo.

1561 O Sr. Conselheiro Janderson Marcelo Canhado (COPATI):- Vou usar  
1562 menos tempo ainda. Apenas para desejar sucesso ao Cheida, pelo o que li  
1563 nesse panfleto entregue pelo Sindicato dos Servidores Públicos e pelo o que  
1564 venho acompanhando no Conselho Estadual de Recursos Hídricos ele vai  
1565 precisar de muito sucesso mesmo. A responsabilidade sobre os ombros dele  
1566 é muito grande.

1567 Dizer apenas que estamos recebendo várias visitas ilustres e queria  
1568 ressaltar a presença de dois Conselheiros de Londrina do Conselho de Meio  
1569 Ambiente, o Juliano Dalton que é Secretário do CONSEMA e o João  
1570 Batista que é o João das Águas que são os dois dos mais atuantes  
1571 Conselheiros de Londrina que me deram a honra da companhia, vieram me  
1572 prestigiar. Então, muito obrigado pela presença. São duas figuras

1573 extraordinárias que tenho certeza que poderão contribuir com os nossos  
1574 trabalhos aqui nas Câmaras Técnicas. O Eco Metrópole, que o Cheida  
1575 conhece bastante, inclusive pode ser objeto de uma destas discussões  
1576 dentro de uma das Câmaras aqui do Conselho.

1577           Agradecer ao Adriano e, agradecendo a ele, aos outros colegas das  
1578 ONG's pela confiança. Sucesso para todo mundo, um grande abraço. Muito  
1579 obrigado. (Palmas).

1580           O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- Com a  
1581 palavra, Cláudio do CEDEA.

1582           O Sr. Conselheiro Cláudio Jesus Esteves (CEDEA):- Boa tarde.  
1583 Também desejar sucesso ao Cheida, tanto na condição de Secretário como  
1584 na condição de Presidente deste Conselho.

1585           Queria colocar aqui duas questões. Em primeiro lugar uma questão  
1586 que ocorre na Bacia do Rio Palmital no município de Colombo no Bairro  
1587 Belo Rincão. Isso foi uma obra de aterro feita nesta localidade, foi  
1588 denunciada ao IAP, o IAP esteve lá, paralisou a obra, mas mesmo com a  
1589 paralisação da obra o proprietário continuou fazendo.

1590           Desconfia-se que seja campo de altitude por similaridade com outro  
1591 tipo de área, pelo tipo de vegetação que tem lá. Aí algum tipo de impacto  
1592 que já ocorreu em função desta obra. Uma obra que tem várias nascentes,  
1593 em função disso está tendo assoreamento nos lagos, erosão, enfim, pede-se

1594 providências em virtude que houve a paralisação da obra, mas está sendo  
1595 descumprida a questão.

1596 A outra questão que coloco, é algo que a gente já levantou aqui no  
1597 Conselho nas Reuniões Ordinárias 84ª e 85ª que é em relação ao  
1598 Aeródromo Bonacin II, na Apa do Irai, ali tem um mapa da localização  
1599 dele, aqui fica meio difícil de ver, mas é dentro da Apa, aquele circulozinho  
1600 vermelho, que era um aeroporto que estava sendo construído sem pedido de  
1601 licenciamento prévio, um aeroporto privado, sem anuência prévia da  
1602 COMEC, sem discussão, sem pedido na Câmara Técnica do Irai nem no  
1603 grupo de trabalho do Conselho Gestor dos Mananciais que também se  
1604 localiza dentro da área de manancial público da região metropolitana de  
1605 Curitiba, na área delimitada por Decreto Estadual 6.194/2012. Enfim,  
1606 estava totalmente irregular a situação. Na Prefeitura de Piraquara, que é  
1607 onde se localiza, já pedimos várias informações, temos um ofício  
1608 protocolado desde janeiro e até agora não nos deram resposta. Hoje estive  
1609 lá inclusive não deram resposta.

1610 Aqui estão algumas fotos. Lá em cima eles tinham uma pista  
1611 homologada pela ANAC, depois pediram para se construir um novo  
1612 aeroporto, são coisas diferentes, que é aquela foto ali do meio, embaixo ali  
1613 algumas fotos da pista, é uma pista de 1.600m, maior que o Aeroporto do  
1614 Bacacheri. Aqui são alguns dados do Diário Oficial, porque eles tentaram

1615 ludibriar o IAP na verdade. O que eles colocavam para o IAP é que era uma  
1616 simples reorientação do rumo magnético da pista, e na verdade eles  
1617 estavam construindo outro aeroporto. Isso está protocolado lá na ANAC.  
1618 Então, aqui eles falavam uma coisa e lá em Brasília, na ANAC, eles  
1619 articulam outra.

1620 E isso aqui foi uma primeira homologação quando a ANAC  
1621 concedeu este novo aeroporto para eles em 2012. Só que agora, em janeiro  
1622 de 2013, a partir de denúncias e uma série de coisas, a ANAC excluiu esse  
1623 aeródromo do Cadastro da ANAC. O que significa? A exclusão significa o  
1624 fechamento do aeródromo para o tráfego aéreo, embora eles continuem  
1625 usando o local, o que caracteriza como aeroporto clandestino. Quando a  
1626 gente vê a Polícia Federal explodindo pista, não sei o que, é esse tipo de  
1627 coisa, são aeroportos que não têm cadastro junto à ANAC, não é este o  
1628 caso, mas geralmente é usado para tráfico de droga, contrabando, esses  
1629 tipos de coisas, mas eles continuam usando.

1630 Aqui é só a título de comparação, o que eles tinham antes na ANAC,  
1631 aquela pista de grama, e o que eles estavam fazendo depois, uma grande  
1632 pista que se destinava ser um aeroporto comercial.

1633 Aqui alguns impactos, eles fizeram uma escavação cujo objetivo era  
1634 fazer uma trincheira para passar por debaixo da pista. Eu me lembrando de  
1635 ter visto isso lá em Brasília. Quando o avião pousa e vai para a área de

1636 embarque e desembarque, passa por uma trincheira que tem a pista por  
1637 baixo. É mais ou menos similar ao que estavam fazendo ali. Atingiu o  
1638 lençol freático, essas escavações dão cerca de 300m de comprimento por  
1639 10m de profundidade. O lençol freático estava vazando. A pista aterrou  
1640 alguns córregos, que são fotos de cima, as fotos de baixo são as escavações.  
1641 Essa é uma manilha que a gente coloca, eles fizeram uma manilha para  
1642 escoar água do lençol freático, então essa água vai há uns 300, 400m longe  
1643 das obras. Depois que a gente demonstrou aqui no Conselho, que saiu na  
1644 imprensa, o IAP esteve lá presente e infelizmente neste relatório a pessoa  
1645 que esteve lá visitando, o fiscal que esteve lá visitando, omitiu aquelas  
1646 escavações e o dano ao lençol freático, não foi feito um auto de infração  
1647 ambiental e outros tipos de procedimentos administrativos.

1648       Aqui é uma liminar, uma reconsideração de liminar do Juiz da  
1649 Comarca de Piraquara. Em 04 de dezembro de 2012 o juiz deu esta liminar  
1650 endossando a paralisação da obra, coloca o IAP também como réu dentro  
1651 desse processo por omissão, enfim, a prefeitura de Piraquara, os  
1652 empresários responsáveis pela obra, a empresa Portal da Graciosa que é a  
1653 empresa responsável pela obra. Esse documento é de 31, porque os  
1654 advogados da empresa entraram com um pedido de derrubada da liminar,  
1655 ele reconsiderou a liminar. Depois a empresa entrou com um pedido de  
1656 agravo de instrumento no Tribunal de Justiça, em segunda instância, a

1657 Câmara onde está o Desembargador Leonel Cunha, ele derrubou também,  
1658 ele não aceitou o agravo de instrumento.

1659       Aqui de volta é a Portaria da ANAC que fecha esse aeródromo para o  
1660 tráfego aéreo, e aqui algumas coisas que a gente coloca: eles continuam  
1661 utilizando o local, eles não têm o licenciamento prévio do IAP, porque o  
1662 licenciamento prévio está parado na Diretoria Jurídica, mas eles usam  
1663 como se tivessem uma Licença de Operação concedida, porque eles usam  
1664 todos os dias, das 7h até 8h da noite, helicópteros que não param, são  
1665 escolas de pilotagem, é uma poluição sonora insuportável para as  
1666 comunidades do entorno. Então, isso contrária a ANAC, contrária o  
1667 Decreto 2200/2000 que é o zoneamento da Apa do Irai que proibido na  
1668 região ruído, trepidações, a questão dos poluentes, principalmente  
1669 atmosféricos, já foram protocolados vários ofícios no IAP, infelizmente a  
1670 gente não tem resposta.

1671       Então, solicita-se vistoria, solicita-se o pedido de indeferimento do  
1672 licenciamento prévio junto ao IAP uma vez que qualquer ato é nulo, porque  
1673 como para a ANAC não existe mais aeródromo, como foi fechado o tráfego  
1674 aéreo, excluído, não tem por que ter o licenciamento, está lá parado, então  
1675 que se indefira. E, finalmente, a reparação dos danos ambientais e a  
1676 punição dos responsáveis por esse dano.

1677       Muito obrigado e desculpe-me ter extrapolado o tempo.

1678 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
1679 Eduardo Cheida):- Quero agradecer e estou solicitando ao Secretário do  
1680 Conselho que façamos imediatamente um expediente ao IAP solicitando  
1681 este cancelamento da licença e as outras sugestões dadas por você.

1682 Dito isso, com a palavra, por cinco minutos improrrogáveis, a Dra.  
1683 Vânia.

1684 A Sra. Conselheira Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):-  
1685 Primeiramente seja bem-vindo ao Conselho e boa sorte no seu trabalho. Eu  
1686 até vi, realmente recebi esse panfleto dos funcionários e de certa forma me  
1687 solidarizo com eles, porque realmente a situação do trabalho deles está bem  
1688 precária, principalmente na questão da Polícia Ambiental. Sei que não vai  
1689 ser fácil, mas é preciso fazer alguma coisa para melhorar essa situação.

1690 Acho que o Conselho, como um todo, tem que apoiar essas  
1691 atividades, porque todos nós e sinto em todos eles a vontade de trabalhar  
1692 em prol do meio ambiente. Então, é importante que seja feito o que é  
1693 melhor e o que é possível para que eles tenham uma situação de trabalho  
1694 melhor. Até porque tem esse projeto do Banco Mundial que vem para trazer  
1695 inúmeros benefícios para a questão de meio ambiente e já questionei no  
1696 próprio Conselho a necessidade de novas contratações, porque está todo o  
1697 mundo ficando de cabelo branco e as informações, o know-how desses  
1698 funcionários não está sendo passado para ninguém. E não pensem que é

1699 privilégio dos servidores públicos não, porque nas ONG's está acontecendo  
1700 a mesma coisa. As ONG's também estão ficando de cabelo branco e a gente  
1701 não tem sucessores.

1702 O meu pleito na verdade é mais justamente nesta questão dos  
1703 recursos do FEMA. Então, em abril, ao que a gente sabe, existe um  
1704 planejamento dos recursos do FEMA. Como o ano passado foi feito um  
1705 planejamento, eu gostaria de solicitar ao Secretário que houvesse uma  
1706 prestação de contas dos recursos que foram designados ano passado e a  
1707 efetividade de gastos desses recursos, até porque a Polícia Ambiental estava  
1708 numa caixinha onde haveria recursos para isso. Então, gostaria de saber o  
1709 que aconteceu.

1710 E também já falei ao Secretário, na época em que o senhor era  
1711 Secretário anteriormente a gente trouxe até o pessoal de São Paulo no  
1712 projeto de apoio às ONG's e o que a gente vê nas ONG's é que, muitas  
1713 vezes, por falta de recurso, por falta de orientação, por falta de gente  
1714 mesmo, acaba-se não renovando uma Diretoria, não fazendo o Estatuto,  
1715 não deixando em ordem o Estatuto, não participa do cadastro.

1716 Então, que pudéssemos nesse próximo planejamento deste ano criar  
1717 uma caixinha de editais de apoio à organização das ONG's, até porque para  
1718 uma sociedade civil ter um bom trabalho é necessário que as ONG's se  
1719 organizem e se profissionalizem. Infelizmente temos muitos “ongueiros”,

1720 como o nosso amigo Drabik, que com cabelos brancos ainda continuam  
1721 batalhando! O próprio Bigarella com os seus noventa anos é um grande  
1722 batalhador, é uma pessoa que é admirável, mas se não prepararmos os  
1723 novos não teremos continuidade nesse trabalho e não teremos cidadania  
1724 suficiente para defender a questão do meio ambiente. E cabe ao Estado, no  
1725 meu ponto de vista, criar essas mínimas condições para elas continuarem.  
1726 Então, pequenos projetos e editais, como foram feitos em outros momentos,  
1727 que sejam com o foco de capacitação, de melhorar a organização, até de  
1728 resgatar a história de uma ONG para que você possa no futuro entender o  
1729 que eles fizeram.

1730 Então, gostaria que o Secretário tivesse, porque é o Secretário que  
1731 faz este trabalho junto com o IAP e com outros órgãos quando faz o  
1732 levantamento de como vamos gastar o recurso do FEMA pensasse nisso e  
1733 colocasse, como foi feito ano passado para os faxinais, um valor e que esse  
1734 valor realmente se repasse às ONG's, através de editais ou coisa parecida,  
1735 para melhorarmos o trabalho das ONG's aqui no Paraná.

1736 Era isso. Muito obrigada.

1737 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
1738 Eduardo Cheida):- O Presidente que agradece a Dra. Vânia e, um espaço de  
1739 vinte segundos, com a palavra Dr. Alessandro.

1740 O Sr. Alessandro Panassolo (OAB):- Quero desde já colocar a  
1741 Comissão de Direito Ambiental à disposição deste Conselho, nós temos que  
1742 afetam as questões jurídicas, temos mais de trinta advogados, doutores em  
1743 direito ambiental. Então, por exemplo, essa Lei Complementar 140, se for  
1744 necessário e acharem importante, podemos até contribuir no sentido de  
1745 melhorar, ajustar a Resolução.

1746 E, segundo ponto, gostaria de perguntar, como estou entrando agora,  
1747 se haverá uma alteração no Conselho Estadual. Parece-me que haveria um  
1748 pedido dos indígenas para participar do Conselho Estadual e parece-me que  
1749 há uma parte do setor produtivo que também tem interesse, a Associação de  
1750 Empresas de Base Florestal, senão me falha a memória fez o pedido. Eu só  
1751 gostaria de saber se existe, acho que é mais o João Batista que está por  
1752 dentro. Existe alguma coisa neste sentido, acho que o CEDEA também  
1753 tem...

1754 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- Tinha  
1755 uma solicitação da APRE, mas foi entendido pela situação que elas estão  
1756 vinculadas ao setor produtivo e deveria buscar essa representação junto à  
1757 FIEP. Com relação aos indígenas, realmente houve uma consulta mas não  
1758 concretizou essa solicitação, não formalizaram essa solicitação.

1759 Eram essas as informações que eu tinha a trazer.

1760 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz  
1761 Eduardo Cheida):- Quero finalizar a nossa reunião, agradecendo a  
1762 presença de todos os Conselheiros e Conselheiras. Permitam-me dizer que  
1763 foi um passo importantíssimo que demos hoje com relação ao  
1764 licenciamento dos aterros sanitários do Paraná. Essa é uma questão  
1765 histórica, a Dra. Carla estava historiando aqui alguns pontos e avanços que  
1766 são claros e vou até pedir a ela, se for possível passar ao nosso Secretário  
1767 Executivo, quais são concretamente esses avanços para que possamos  
1768 socializá-los entre todos os Conselheiros no próximo expediente que irá a  
1769 todos.

1770 Então, foi uma reunião bastante profícua, embora muito longa, talvez  
1771 a demora desta reunião seja pelo fato de que estamos fazendo poucas  
1772 reuniões e talvez uma ou duas a mais, além das extraordinárias, reduza a  
1773 nossa pauta. Então, vamos discutir isso, providenciar que todos entrem e  
1774 saiam de uma reunião com durabilidade de no máximo duas horas, não  
1775 mais do que isso, na próxima vez.

1776 Então, agradeço a todos, desejo a todos uma boa semana, um abraço  
1777 e até a próxima reunião. Muito obrigado. (Palmas).